

CAS Centro Antigo de Salvador

TERRITÓRIO DE REFERÊNCIA



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisa
Armando Affonso de Castro Neto

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Maria do Socorro Borba de Souza

Coordenação Editorial
Carlota Gottschall

Autores
Carlota Gottschall
João Teixeira dos Santos
Gustavo Palmeira
André Dantas Cunha
Lenaldo Castro
Alex Telles (estagiário)

Elaboração dos Mapas
Gilma Brito da Silva (Conder/Informs)

Coordenação de Biblioteca e Documentação
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações
Ana Paula Porto

Editoria-Geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão Ortográfica
Christiana Fausto

Editoria de Arte e Estilo
Ludmila Nagamatsu

Design Gráfico e Editoração
Daniel Soto

Produção de vídeo
Aline Cruz
Renata Santos
Ailton Sena (estagiário)

Base de Dados Geoespaciais
**Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de
Salvador (Conder/Sicar), Sistema Viário, 1992.**
**Colaboração da Coordenação de Informações
Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (Informs).**

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
CAS - Centro Antigo de Salvador [livro eletrônico]: território
de referência. -- Salvador: SEI, 2013.

77 p.

ISBN 978-85-8121-010-0

1. Centro Histórico de Salvador. 2. Patrimônio cultural.
3. Condições sociais. 4. População. I. Título.

CDU 351.71

Av. Luiz Viana Filho, 4ª avenida, 435, 2º andar, CAB, CEP 41745-002, Salvador - Bahia
Tel.: 55 (71) 3115-4704 Fax: 55 (71) 3116-1781 www.sei.ba.gov.br



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | SECRETARIA DO PLANEJAMENTO



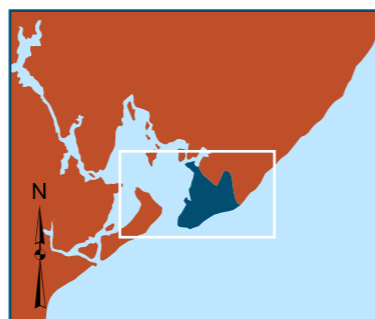
BRASIL



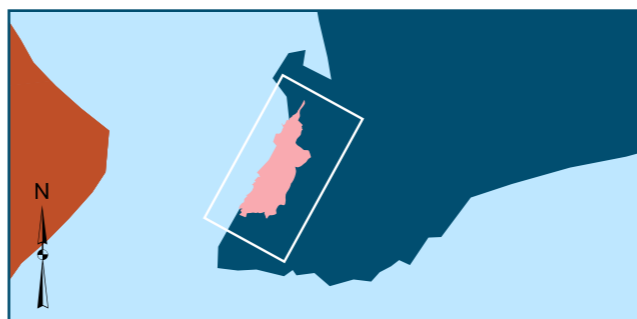
BAHIA



SALVADOR

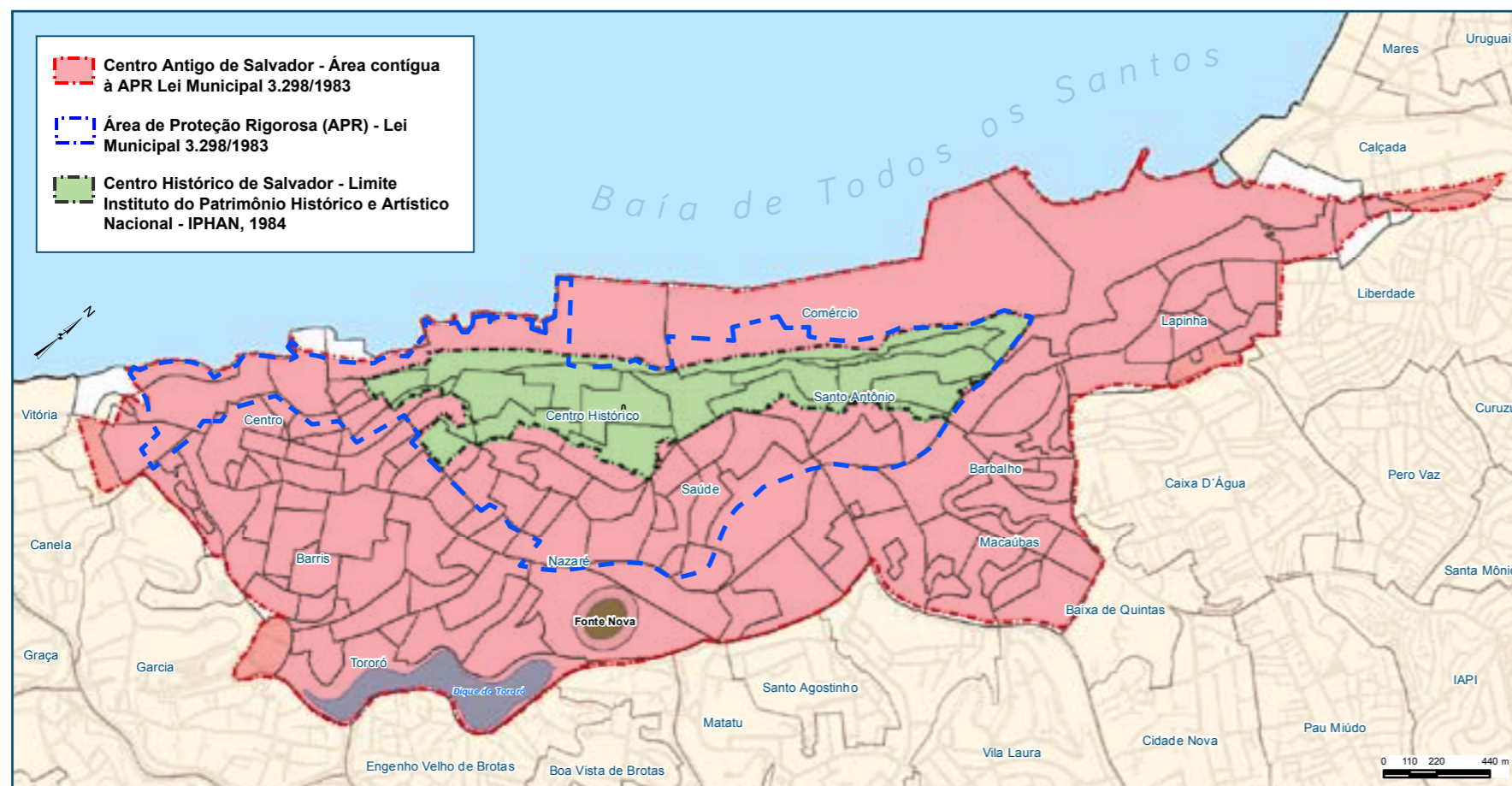


CENTRO ANTIGO DE SALVADOR



SALVADOR

População:
2.675.656 habitantes
Área:
693,28 km²
Densidade:
3.859,35 hab./km²



CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

População:
77.721 habitantes
Área:
645,95 Ha ou 6.45 km²
Densidade:
12049,77 hab./km²

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

População:
5.985 habitantes
Área:
78,28 Ha ou 0,78 km²
Densidade:
7673,07 hab./km²

LOCALIZAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



MENU

CAPA

CRÉDITOS

LOCALIZAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

INTRODUÇÃO

MAPEANDO OS MORADORES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR (CAS) À LUZ DO CENSO 2010

População e domicílio

Perfil dos moradores do CAS

Acesso aos bens de consumo duráveis

Vulnerabilidade no Centro Antigo de Salvador

MERCADO DE TRABALHO NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Perfil da população

O CAS e a imigração

Características ocupacionais

Considerações finais

MAPAS

1 População residente, por setor censitário – IBGE – 2010

2 Densidade populacional, por setor censitário – IBGE – 2010

3 Total de domicílio, por setor censitário – IBGE – 2010

4 Domicílio improvisado, por setor censitário – IBGE – 2010

5 Domicílio coletivo, por setor censitário – IBGE – 2010

6 Domicílio particular permanente com lixo coletado, por setor censitário – IBGE – 2010

7 Domicílio particular permanente com energia elétrica, por setor censitário – IBGE – 2010

8 Domicílio particular permanente próprio, quitado e em aquisição, por setor censitário – IBGE – 2010

9 Domicílio particular permanente alugado, por setor censitário – IBGE – 2010

10 Domicílio particular permanente do tipo casa, por setor censitário – IBGE – 2010

11 Domicílio particular permanente do tipo apartamento, por setor censitário – IBGE – 2010

12 Registro de memória dos setores censitários – IBGE – 2010

APÊNDICES

1 Notas metodológicas, Censo IBGE 2010

2 Estatísticas, Censo IBGE 2010, população e seu perfil

3 Notas metodológicas da PED

4 Dados da PEDRMS para Salvador e CAS



INTRODUÇÃO

O Centro Antigo de Salvador (CAS), maior sítio patrimonial da América Latina, é o território da capital que resguarda referências e concede sentido de identidade aos moradores da capital. É também um dos principais atrativos de Salvador no mercado turístico nacional e internacional. Estes atributos positivos estimulam os gestores públicos e a iniciativa privada a destinarem recursos e planejarem ações com vistas a preservar os bens patrimoniais, reafirmar as referências comunitárias e fomentar os processos criativos. O objetivo deste trabalho é disponibilizar informações sobre o perfil dos moradores e dos domicílios do Centro Antigo de Salvador. Para tanto, foram utilizadas as bases de dados do *Censo 2010* e da *Pesquisa de Emprego e Desemprego RMS* (série histórica 1997-2010), cujas informações serão apresentadas em formato de mapas, gráficos e tabelas. A expectativa é de que este relatório possa subsidiar a tomada de decisões governamentais e a produção de estudos acadêmicos.

O recorte territorial do CAS, aqui utilizado para seleção de dados na base estatística das duas pesquisas, considerou as definições do Instituto do Patri-

mônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de 1984 – quando foi criada a Área de Tombamento do Centro Histórico de Salvador (CHS), denominada Poligonal IPHAN – e do Decreto Municipal 3.289/1983 para a criação da Área de Proteção Rigorosa (APR) ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador e a delimitação mais abrangente de seu entorno – área contígua à APR, como Centro Antigo de Salvador (CAS)¹. Este território inclui 128 setores censitários² definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010, que englobam os seguintes distritos: Passo, Pilar, Praça da Sé, Santo Antônio, Conceição da Praia, Calçada/Comércio, Nazaré, Santana, São Pedro e Vitória.

No *Censo do IBGE 2010*, foram trabalhados os dados referentes ao universo e à amostra. Os resultados do universo são provenientes do questionário básico, aplicado em todas as unidades domiciliares e abrange as características básicas dos domicílios e de seus moradores (cor, idade, gênero, alfabetização). Os dados da amostra que foram selecionados para este trabalho englobam as características dos domicílios (existência de energia elétrica, coleta de lixo, acesso a bens de consumo duráveis) e dos residentes (nível de escolaridade e rendimento e indicadores de vulnerabilidade). Os dados da amostra são

¹ Ver trabalhos anteriores: Centro da Cultura de Salvador (GOTT-SCHALL; SANTANA, 2006); Centro Antigo de Salvador (BAHIA; UNESCO, 2010) coordenado por Beatriz Lima.

² Ver Apêndice 2 – Estatísticas, Censo IBGE 2010.

disponibilizados segundo as áreas de ponderação, um conceito desenvolvido pelo IBGE (2010) “para descrever as unidades geográficas, formadas por agrupamentos de setores censitários para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo”. Para seleção das áreas de ponderação referentes ao CAS, cotejou-se os setores censitários à representatividade destes nas áreas definidas para o Censo 2010 e para o CAS. Assim, foram selecionadas quatro áreas: AP 13 (Barris), AP 23 (Centro Histórico), AP 24 (Centro) e AP 41 (Nazaré).

Os dados da *Pesquisa de Emprego e Desemprego RMS* apresentados em uma série histórica de quatorze anos (1997-2010) foram organizados de forma a sinalizar, como e de que maneira, trabalham os moradores do CAS, bem como as características dos ocupados em comparação à Salvador. Informações sobre setores de atividades, informalidade, taxa de desemprego, migração recente, também serão apresentadas neste relatório. O conceito de informalidade aqui trabalhado inclui toda atividade laboral, excluindo-se a contribuição previdenciária e o desemprego; já o conceito de desemprego inclui o desemprego aberto somado ao oculto.

O mérito deste trabalho é manter atualizadas as informações sobre o Centro Antigo de Salvador, importante região que precisa ser reordenada e inserida à dinâmica da capital. A prova disto é que o CAS continua perdendo popula-

ção, como apontam os dados do Censo 2010. Em 2000, o IBGE contabilizou 81.392 habitantes no CAS, em 2010, foram registradas 77.721 pessoas (menos 3.671, a maioria residente no Centro Histórico de Salvador)³. Os moradores do CAS em média moram neste território há 22 anos ([Tabela 42 – Apêndice 2](#)).

Há pelo menos quatro décadas, como ocorreu em outras cidades brasileiras, as ações governamentais destinadas à expansão de Salvador não incluíram o Centro Antigo, de igual maneira se comportaram os empresários dos ramos imobiliário, financeiro e comercial e, conseqüentemente, a oferta de infraestrutura urbana moderna. O deslocamento do aparato estatal para o Centro Administrativo da Bahia (CAB); a retirada da população pobre do Pelourinho e o conseqüente espraiamento dos problemas sociais no entorno (Saúde, Independência, Poeira, Mouraria, Gravata); o pouco investimento em manutenção e infraestrutura destinada à mobilidade urbana; o baixo investimento e articulação para conservar e modernizar os equipamentos culturais, sobretudo aqueles destinados à memória, são exemplos a serem citados.

Este processo tornou o CAS pouco atrativo, sobretudo o Centro Histórico de Salvador, que tem no Pelourinho a sua principal representação e também o seu principal desafio. De bairro popular, fonte de inspiração de artistas como Jorge Amado, Caribé, Pierre Verger,

Batatinha, se transformou em um espaço comercial sem sucesso. Sem vida cotidiana. Os outros bairros, a exemplo de Santo Antonio, Barbalho, Macaúbas, Lapinha, Nazaré, Mouraria, Barris, se mantiveram multifuncionais – lugar de moradia, de comércio, de oferta de serviços educacionais, de saúde e de cultura – mas o processo de depreciação do conjunto do CAS é evidente. As tentativas de planejamento e execução de projetos destinados à reativação deste território, até o presente momento, não reverteram o quadro de vulnerabilidade sociocultural predominante neste território. O evento da Copa do Mundo de 2014 e a reconstrução da Arena Fonte Nova reativam as expectativas de mudanças urbanas e sociais para o CAS, já que a demora na operação do metrô frustrou a esperança de uma onda de atratividade para a região. A conclusão da Via Expressa e ampliação do Terminal Marítimo do Comércio também podem produzir efeitos multiplicadores positivos.

Por fim, agradecemos a gentileza e competência da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) nas equipes do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS) e da Coordenação de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (Informs), sem a qual não poderíamos ter produzido este relatório com os mesmos recursos.



³ Ver nota 1.

Festa da Independência da Bahia, Desfile do Dois de Julho. Foto: Flickr, Adenilson Nunes/Secom.





MAPEANDO OS MORADORES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR À LUZ DO CENSO 2010

Carlota Gottschall *

João Teixeira **

O território urbano a ser tratado neste relatório que se convencionou denominar de Centro Antigo de Salvador (CAS), corresponde a área total de 7 km², onde residem 77,7 mil habitantes e abrange a Área de Tombamento do Centro Histórico de Salvador (aqui tratado por CHS); a Área de Proteção Rigorosa ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador e a Área Contígua ao Entorno do Centro Histórico (aqui

* Mestra em Comunicação e Cultura Contemporânea e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), faz MBA na Fundação Getulio Vargas (FGV). Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS).

denominado Entorno CHS). Segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo 2010, este território inclui os distritos¹ de Passo, Pilar, Praça da Sé, Santo Antonio, Conceição da Praia, Nazaré, Santana, São Pedro, Vitória e envolve o total de 128 setores censitários (ver [Mapa 12](#)).

O período de referência da investigação dos dados e os conceitos trabalhados pelo IBGE para o Censo 2010 podem ser conferidos no [Apêndice 1 – Notas Metodológicas Censo IBGE 2010](#) deste relatório. Conforme dito na [Introdução](#), as informações relativas à ocupação do território (população e domicílios) e ao perfil dos moradores (faixa etária, gênero, cor) foram extraídas do *Universo*². Os dados sobre nível de escolaridade, rendimento e acesso aos bens de consumo duráveis, assim como os de mulheres responsáveis pelo domicílio e mulheres negras, população com necessidades especiais, tempo de deslocamento para o trabalho e seguridade e benefícios sociais foram extraídos da base de dados da *Amostra*³, cujos resultados são agrupados

1 Distrito são unidades administrativas dos municípios. Sua criação, desmembramento ou fusão dependem de leis municipais, que devem observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual.

2 Universo resulta da aplicação do questionário básico que é aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores.

3 Amostra: o questionário da amostra é aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas. Além da investigação contida no Questionário Básico, este abrange outras características do domicílio, e pesquisa outras importantes informa-



segundo as Áreas de Ponderação, “unidades geográficas formadas por agrupamentos de setores censitários para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2010) e sua correspondência no CAS, quando foram selecionadas as seguintes áreas: AP 13 (Barris), AP 23 (Centro Histórico), AP 24 (Centro) e AP 41 (Nazaré).

A estrutura deste artigo compreende quatro partes: População e Domicílio, Perfil dos Moradores, Acesso aos Bens de Consumo Duráveis e Vulnerabilidades. Além dos indicadores apresentados, foram geradas outras informações que estão disponíveis no [Apêndice 2 – Estatísticas, Censo IBGE 2010](#).



POPULAÇÃO E DOMICÍLIO

Planejadores e estudiosos afirmam que o exercício de múltiplas funções dos centros tradicionais – moradia, comércio, serviços diversos, espaços públicos de sociabilidade – é fundamental para que estes se mantenham dinâmicos. Boa parte dos bairros do Centro Antigo de Salvador cumpre esta condição, entretanto, no intervalo entre os dois últimos Censos do IBGE, foi registrada uma redução no número

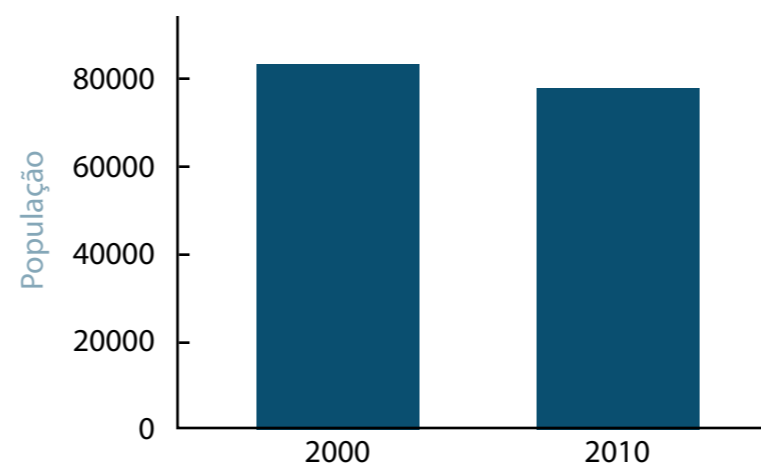


Gráfico 1
População residente no Centro Antigo de Salvador – 2000/2010

Fontes: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2001); Censo Demográfico 2010 (2011).

mero de moradores. Em 2000, o CAS abrigava 3,3% dos residentes de Salvador. Dez anos depois, enquanto a capital ampliou a sua população em 232.549 habitantes, o CAS perdeu 3.671 moradores, conseqüentemente, reduziu a sua participação relativa para 2,9% (Gráfico 1 e Tabela 1). A perda maior foi justamente no Centro Histórico de Salvador (31,5%), onde residem 5.985 pessoas. Infelizmente, os dados disponíveis na pesquisas de 2000 não permitem a identificação precisa dos setores censitários mais afetados nesta década (Tabela 1).

Do ponto de vista conjuntural, é provável que a saída da população do CAS/CHS para outros bairros de Salvador esteja relacionada, de um lado, aos efeitos do crescimento econômico brasileiro: aumento na renda, maior oferta de imóveis e de acesso facilitado ao crédito imobiliário; de outro, ao processo de desgaste social e de infraestrutura urbana de algumas áreas centrais.

Tabela 1
População residente – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2000/2010

População residente	2000	2010
Entorno CHS	72.658	71.736
CHS	8.734	5.985
CAS	81.392	77.721
Salvador	2.443.107	2.675.656

Fontes: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2001); Censo Demográfico 2010 (2011).

ENTREVISTA COM A ARQUITETA E COORDENADORA DO ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO (ERCAS), BEATRIZ LIMA, QUE FALA SOBRE AS AÇÕES PARA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

http://youtu.be/FRLb_UIKCrw

Os bairros do Entorno do CHS – Barbalho, Macaúbas, Lapinha, parte da Liberdade, Nazaré, Mouraria, Barris –, ainda que apresentem problemas de conservação urbana, continuam atrativos para moradia, dentre outros motivos, pela proximidade com a oferta de comércio, serviços educacionais, de saúde, de transporte público. Outras regiões, como Rua Chile, Avenida Sete de Setembro, Rua Carlos Gomes, Comércio, são eminentemente comerciais. No caso específico do Pelourinho, a perda da função de moradia decorreu de uma estratégia malsucedida de uso deste espaço patrimonial. Erro não superado até hoje, ainda que o poder público, em todas as instâncias (municipal, estadual e federal), invista recursos financeiros elevados há pelo menos duas décadas.

A região do Comércio conserva a dinâmica de território prestador de serviços financeiros, serviços públicos, principalmente federais e municipais, serviços autônomos de advocacia e contabilidade, restaurantes e um pequeno comércio de rua, formal e informal. O porto de Salvador, a Marina da Contorno e o Mercado Modelo são equipamentos turísticos importantes. Mas o Comércio é um espaço urbano desordenado: carros estacionados irregularmente, ônibus que não respeitam as paradas, calçadas esburacadas, comércio informal em vários ramos de atividade, poluição ambiental e sonora, sujeira, ruelas escuras, casarões vazios ancora-

dos por estacas ou em ruínas e prédios em estados de conservação precária e apesar de tudo funcionando. A política de intervenção fiscal da Prefeitura Municipal teve bom resultado ao atrair novos empreendimentos, caso das faculdades privadas, mas não abrangeu o ordenamento urbano.

O parecer da professora Ângela Souza (2009), reafirma a condição habitacional, o destino das edificações e as funções desenvolvidas no CAS:

Evidencia-se assim, nas edificações do CAS como um todo, a preponderância do uso habitacional (65%), seguido pelo comércio e serviços (22%), além do uso institucional (6%). Esse levantamento também indica que, no âmbito do CAS, as áreas de maior incidência de uso de comércio e serviços estão localizadas no bairro Centro, prolongando-se até o Centro Histórico, Santo Antônio e Comércio. Nesse bairro, o uso institucional é marcante, com destaque para a área do Porto, com uma grande área aberta destinada aos *contêineres*, bem como para a grande gleba do Distrito Naval. É também relevante observar-se a instalação recente de instituições privadas de ensino superior no bairro do Comércio (Dom Pedro II, São Salvador, Faculdade da Cidade), que muito dinamizam o uso dessa área, inclusive à noite. Na poligonal do CHS, a incidência de comércio e serviços é

preponderante, seguido pelo uso institucional, ruínas e imóveis fechados, sendo menor a presença de uso habitacional, que apenas aparece com maior destaque no bairro de Santo Antônio, sobretudo no Carmo (BAHIA; UNESCO, 2010).



ENTREVISTA COM A ARQUITETA DO IPAC, YVELINE HARDMAN, QUE FALA SOBRE A REVITALIZAÇÃO DOS LARGOS DO PELOURINHO

<http://youtu.be/LXgn7TBclLQ>



De maneira geral, o CAS é um território que apresenta pequena concentração de população (Mapas 1, Mapa 2 e Mapa 3). Esta característica decorre do tipo de ocupação, com predomínio de casas e prédios com poucos andares (Mapa 8 e Mapa 9), imóveis improvisados (Mapa 4), que ao somarem-se com o exercício de funções institucionais e comerciais e o elevado número de ruínas e imóveis fechados, definem esta condição. Os dados indicam que os distritos mais populosos do CAS são Santo Antonio (Entorno e CHS), Santana, São Pedro e Nazaré (Gráfico 2).

O distrito de Santo Antonio, o mais extenso e populoso (32,5% da população total do CAS), engloba 32 setores censitários distribuídos entre o CHS⁴ (3 setores) e o Entorno do CHS (29 setores). As regiões de Macaúbas, parte do Barbalho, da Lapinha e da Liberdade concentram mais população e domicílios de todos os tipos. Na Lapinha e Macaúbas estão localizados os agrupamentos domiciliares mais vulneráveis – domicílio improvisado (Mapa 4), domicílio coletivo (Mapa 5), domicílio particular permanente com lixo coletado (Mapa 6) e domicílio particular permanente com energia elétrica (Mapa 7). Nos distritos de Santana (21,76% da população total) composto por 20 setores censitários e o de São Pedro (19,14%), formado por 31 setores censitários, também há agrupamen-

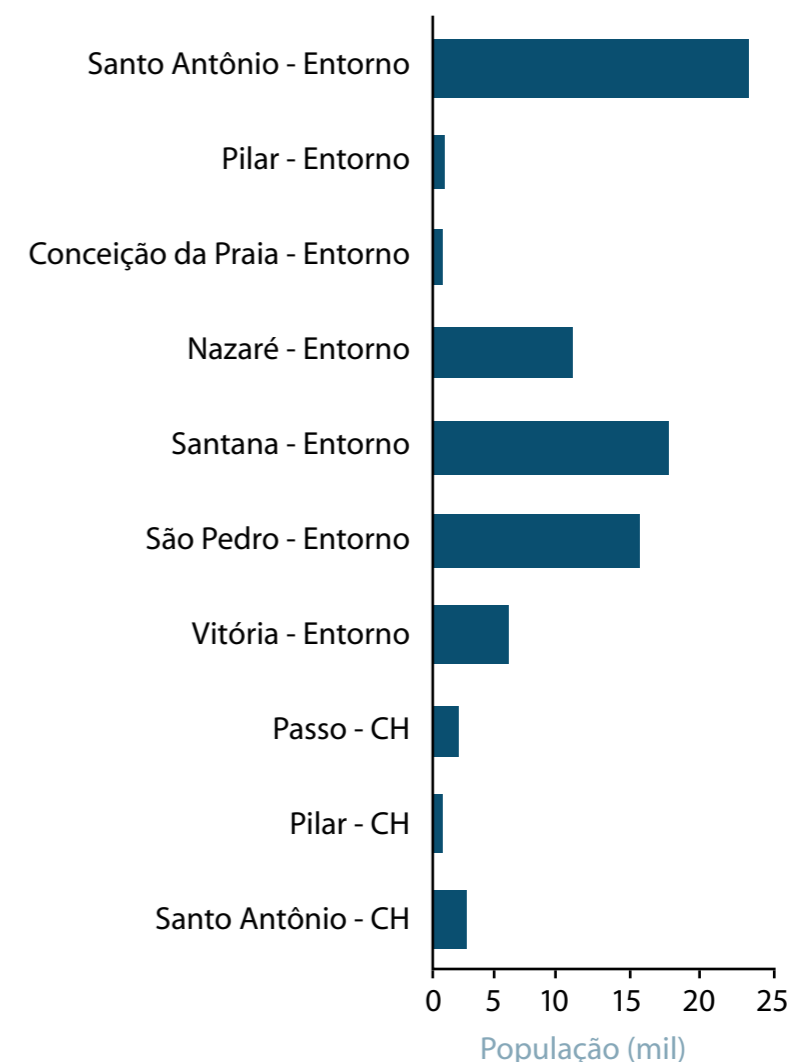


Gráfico 2
População residente no Centro Antigo de Salvador (Centro Histórico e seu entorno), segundo os distritos – Salvador – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

⁴ Inclui Rua Direita de Santo Antonio, Largo de Santo Antonio, Rua do Boqueirão e Rua dos Adobes.

tos vulneráveis, a exemplo da Saúde, Gravatá e da Lapa, no entorno da estação de transbordo.

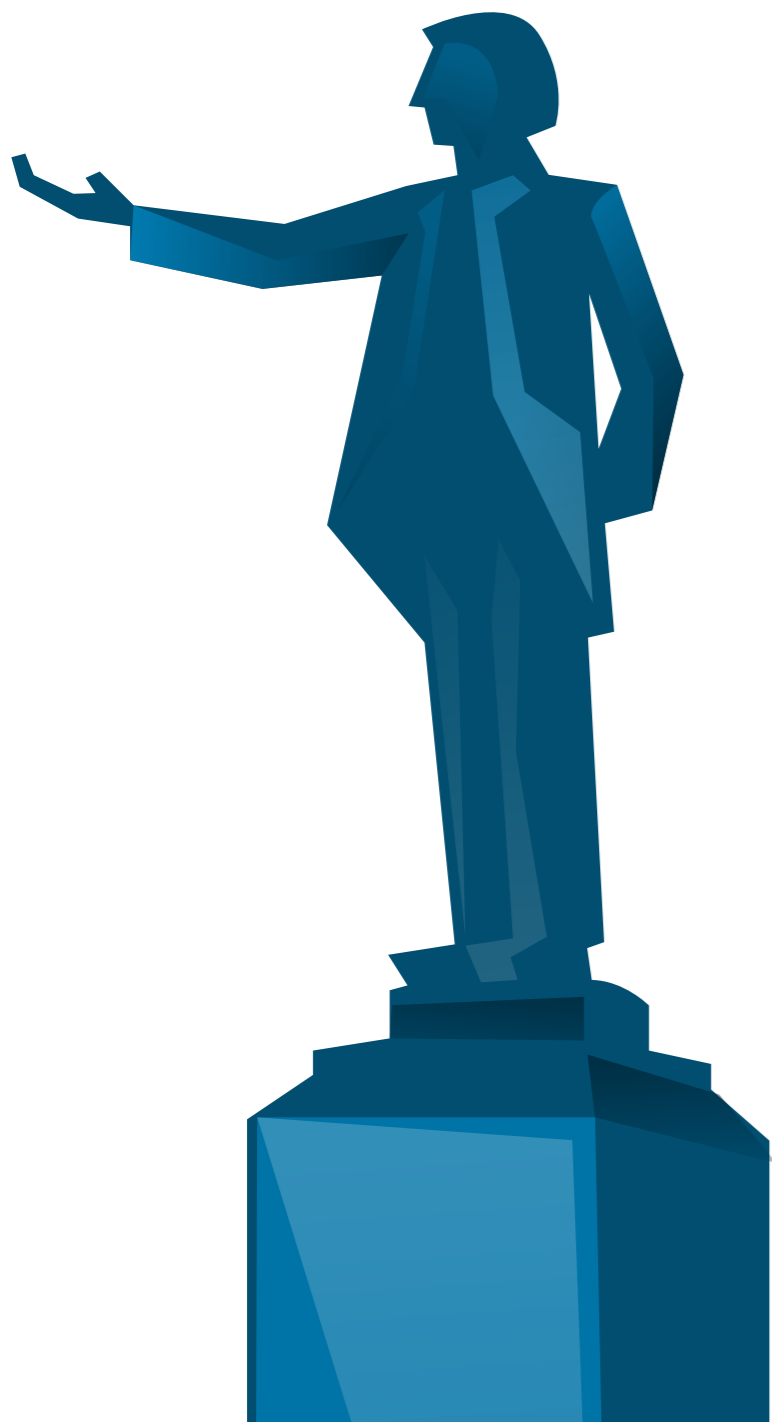
Nos distritos de Santana e São Pedro, estão situados dois importantes equipamentos urbanos: o Estádio Otávio Mangabeira, atual Arena Fonte Nova, e o Terminal da Lapa. No entorno Arena Fonte Nova é pequeno o número de moradores e predominam domicílios próprios (Mapa 8), o que facilita uma provável reorganização deste espaço em função da reconstrução do campo esportivo. Já no entorno da Estação da Lapa, equipamento de transbordo que oferece transporte do centro aos bairros de Salvador e sua região metropolitana e o litoral norte, é uma região adensada, onde prevalecem domicílios alugados (Mapa 9) e apresenta fragilidades nos serviços de coleta de lixo e energia elétrica (Mapa 6 e Mapa 7).



ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CODEBA, JOSÉ MUNIZ REBOUÇAS, QUE FALA SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS PORTOS DE SALVADOR

<http://youtu.be/RaTflvU7vBM>

PERFIL DOS MORADORES DO CAS



A elevada presença de pessoas de 60 anos e mais (18,5%) se mantém como sendo a característica mais marcante do CAS, já que em Salvador os idosos representam 10,6% da população total. Este atributo certamente decorre do movimento de ocupação da capital entre 1950-60, quando chegaram levas de imigrantes, principalmente vindos de municípios do interior em busca de melhores oportunidades de trabalho, educação e serviços urbanos. Nos bairros do CAS, aportaram e criaram seus filhos. À medida que a cidade se expandiu, os jovens passaram a viver em bairros distantes do Centro Antigo e, muitas vezes, os pais continuaram em seus domicílios que, em grande parte, são próprios, quitados ou em aquisição (Mapa 9). De outro lado, o Gráfico 3, de pirâmide etária, demonstra que a presença de crianças com até 14 anos de idade (15,1%) no CAS é menor do que a média de Salvador (20,7%). Estes dois indicadores sinalizam que, na última década, houve dificuldade de renovação de população no CAS.

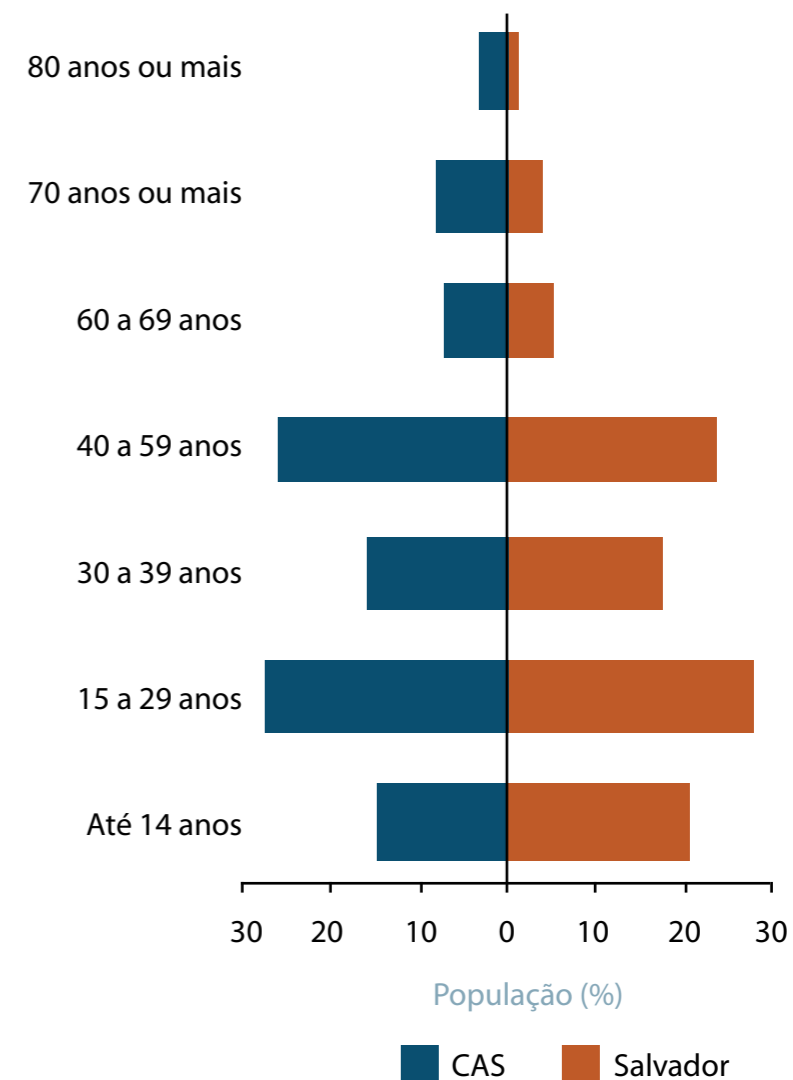


Gráfico 3
População residente por faixa etária e sexo – CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

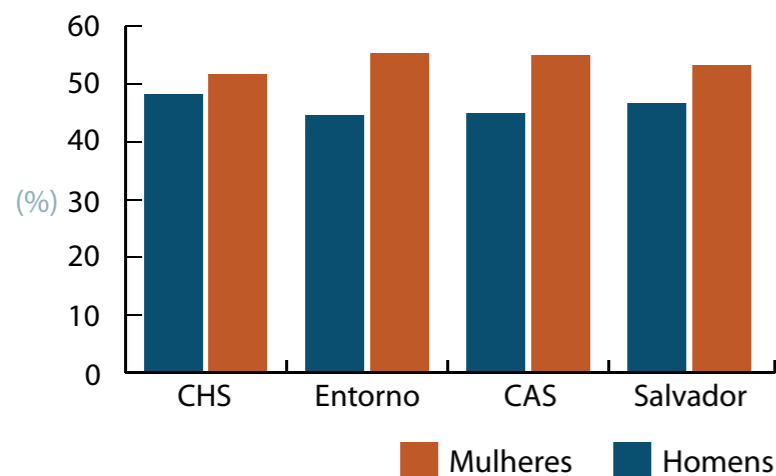


Gráfico 4
População residente por gênero –
CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

A maior presença de idosos na região pode influenciar outros atributos identificados pelo Censo 2010, a exemplo da presença um pouco superior de mulheres (54,9%) em relação à média da capital (53,3%). Resultado certamente determinado pela maior expectativa de vida deste gênero (Gráfico 4). Outro aspecto intrigante registrado é a maior presença no CAS de pessoas brancas (27,9%) relativamente a Salvador (18,9%) (Gráfico 5).

As informações que serão disponibilizadas a seguir – nível de instrução e de rendimento –, decorrem do questionário da *Amostra do Censo 2010* e serão analisadas conjuntamente porque representam duas faces da mesma moeda.

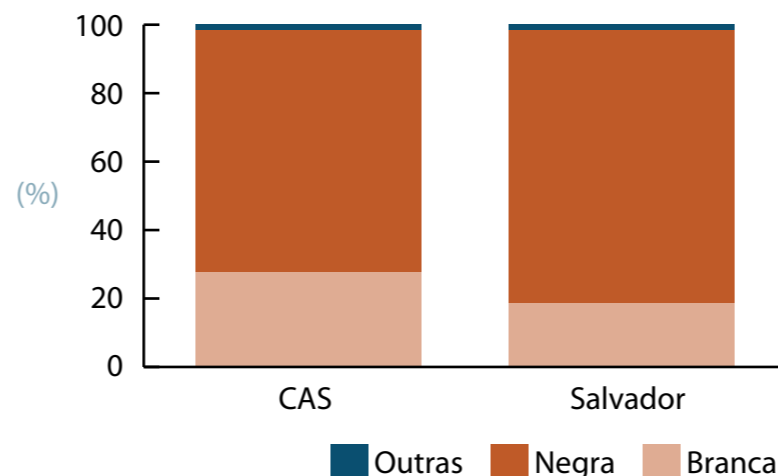


Gráfico 5
População residente segundo a cor – CAS/SSA –
2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Em geral, os indicadores de educação definem o de rendimento e, Salvador não foge a esta regra. Como 73,6% da indivíduos declararam ter escolaridade mediana (41,2% não possui instrução ou tem nível fundamental incompleto e 32,4% concluiu o nível médio), é de se esperar que a média de rendimento da população em todos os trabalhos foi de R\$ 1.471,11, ou seja, 2,9 salários mínimos, em valor de 2010. O percentual dos moradores que têm nível superior foi de 10,0% (Gráficos 6 e 7).



No CAS, este cenário pouco confortável é ainda mais grave. Do ponto de vista da educação, dentre os indivíduos que moravam no Entorno do CHS, em 2010, quase metade não tinha instrução ou tem nível fundamental incompleto (47,1%)⁵ e apenas 3,9% dos moradores do CAS tinham nível superior completo (Gráfico 6). Para o conjunto dos moradores do CAS, em todos os trabalhos, o rendimento médio era de R\$ 931,52. Quando se focaliza nos residentes do CHS, este valor passa para R\$ 824,41, ou 1,83 salário mínimo, em valor de 2010 (Gráficos 6 e 7).

Aos problemas estruturais de oferta e qualidade de educação no Estado da Bahia, somam-se as particularidades deste serviço no CAS, conforme relato de Smith (2010):

De 2005 para 2008 houve significativa redução no número de matrículas nas séries da educação básica. De fato, analisando-se a evolução das matrículas neste período, constata-se um decréscimo da ordem de 35,9%, mais expressivamente nas séries do ensino médio. Esta redução é observada para todas as áreas do CAS, com exceção do CHS B, e pode se justificar pelo fechamento de unidades escolares ou pela redução da oferta em séries específicas. Esta ocorrência pode significar uma retração nas oportunidades de acesso à educação para a população em idade escolar residente na região em estudo, especialmente para jovens

provenientes de famílias com baixos rendimentos. Todavia, de modo geral e analisando-se os dados agregados, o CAS apresenta ampla e importante oferta de equipamentos escolares de ensino básico, tanto da rede pública quanto particular, que atendem moradores das localidades que compõem o CAS, bem como residentes de outras regiões da cidade. Contudo, isto não implica em uma homogeneidade de oferta e inexistência de carências nos espaços

do CAS, tampouco na garantia da eficiência no atendimento à população em idade escolar, sobretudo no que diz respeito à permanência na escola e ao seu aproveitamento, como se pode constatar a partir da análise dos indicadores apresentados.

Com base nos dados da CIE, SUPAV/CAI, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, para 2005, registram-se importantes percentuais de distorção idade-série em todo CAS com oferta de vagas para o ensino fundamental e médio. Para este território, foram encontrados percentuais de defasagem escolar entre 40,1% e 75% [...]. Em média, dos alunos matriculados

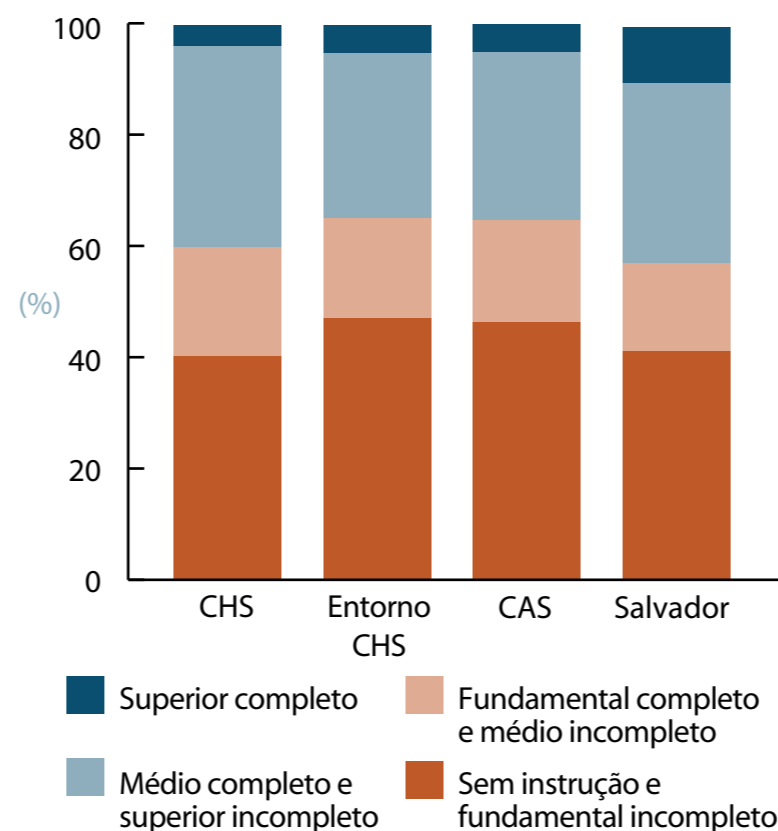


Gráfico 6
População residente por nível de instrução - CHS/Entorno CHS/CAS/SSA - 2010

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 (2011).

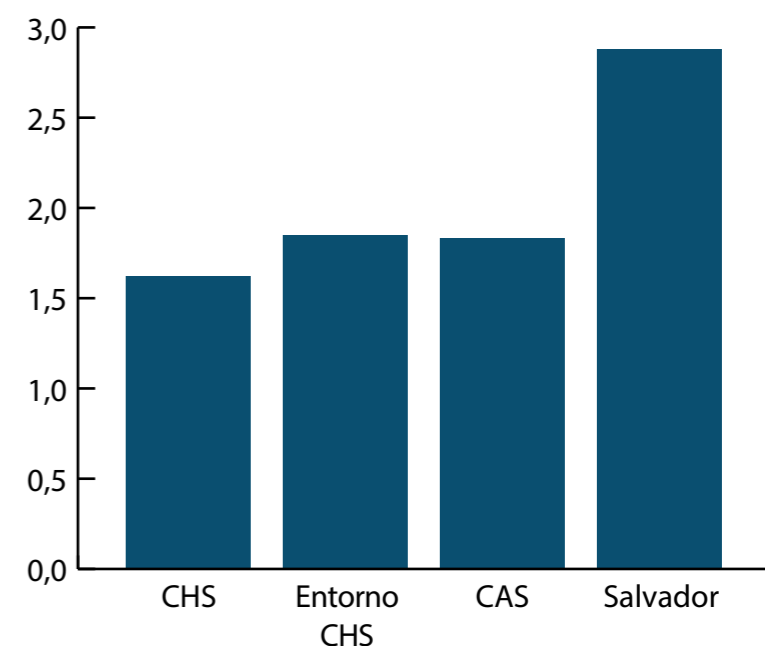


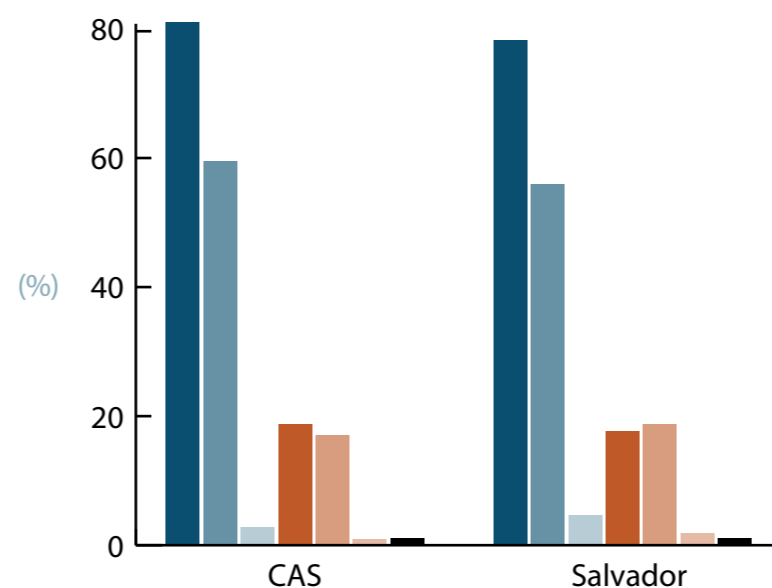
Gráfico 7
Rendimento da população residente em número de salários mínimos - CHS/Entorno CHS/CAS/SSA - 2010

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 (2011).

5 Indivíduos acima de cinco anos de idade.

nas séries do ensino fundamental no CHS e ECH, 50,4% e 45,6%, respectivamente, apresentavam 2 anos ou mais de atraso escolar. Para o ensino médio, este indicador é ainda mais expressivo, assumindo o valor de 63,3% para o conjunto do CAS, onde se destacam as localidades do Dois de Julho, Barbalho, São Bento e Lapinha, todas com taxas de defasagem superiores a 70%.

No Gráfico 8, se pode observar a posição na ocupação e categorias do emprego dentre os residentes do CAS/CHS.



- Não remunerados
- Conta própria e empregadores
- Trabalhadores domésticos
- Empregados outros
- Empregados militares e funcionários públicos estatutários
- Empregados com carteira de trabalho assinada
- Empregados total

Gráfico 8
População residente segundo posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho – CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



ACESSO AOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

Os dados do Censo 2010 de acesso das famílias de Salvador/CAS aos bens de consumo duráveis inscrevem-se em uma conjuntura nacional favorável, que decorre da estabilidade da moeda, do crescimento da atividade econômica que ampliou o acesso ao mercado de trabalho, da melhoria do rendimento médio dos indivíduos, da facilidade de acesso a linhas de crédito e da diversificação das linhas de benefícios sociais. Este processo resultou em conquistas sociais importantes para a população e incitou um debate controverso sobre mobilidade social e constituição de uma “nova classe média” no Brasil. Conceito amplamente divulgado pela mídia, aceito e também questionado por diferentes segmentos sociais. Alcântara e Fonseca (2012) avaliam esta conceituação:

Jessé de Souza prefere chamar esta camada popular que vem ganhando poder de compra de “nova classe trabalhadora” ou “batalhadores”, expressões que evidenciam outra característica apontada por ele como sendo mais uma distinção entre esta e a classe média. Além de não possuírem “capital cultural”, con-

dição que assegura a conquista de melhores postos no mercado de trabalho, estes novos trabalhadores, em geral, começam a trabalhar cedo, estudam em escolas públicas, na maioria das vezes, de baixa qualidade, e se submetem a uma dura jornada de trabalho e todo tipo de exploração. Mas estes trabalhadores também se diferenciam da “ralé”, pois, apesar de vindos de famílias pobres como aqueles, os “batalhadores” possuem famílias estruturadas, com exemplos de perseverança e estímulo para o estudo e o trabalho.

Portanto, é esta ética do trabalho duro, atrelada a um autocontrole e uma negação do consumo imediato – poupando agora para ter mais no futuro – que caracteriza esta nova camada de trabalhadores.

Segundo Yaccoub (2011 apud ALCÂNTARA; FONSECA, 2012, p. 4, grifo nosso):

Seus integrantes vivenciaram um aumento de renda devido ao trabalho duro, no entanto almejam pertencer à “classe média” a partir do consumo de produtos prestigiosos e valorizados, mas não possuem *habitus* de classe média e se esforçam para adquirir os outros capitais, além do econômico, para se identificarem cada vez mais com o grupo admirado e imitado; assim, o processo de distinção social vai evoluindo conforme vão galgando conquistas de consumo.

Este debate se encaixa como uma luva no contexto soteropolitano, ao confrontarmos os dados de escolaridade e rendimento com os de acesso aos bens de consumo. Na avaliação dos

primeiros indicadores se constata que, infelizmente, apenas 10% da população de Salvador tem terceiro grau completo (267 mil pessoas) e, como já foi dito, o rendimento médio dos indivíduos é R\$ 1.471,11. Condição ainda mais lamentável, no CAS, onde tão somente 5% dos moradores (3,9 mil) concluíram o curso universitário e têm rendimento médio de R\$ 931,52. Já quando se observa o segundo grupo de indicadores, consumo de bens duráveis, verifica-se um comportamento não correspondente aos padrões de rendimento da comunidade. Vamos começar a análise pelo conjunto de bens relacionados à informação – televisão, rádio, telefone celular, microcomputador e acesso à

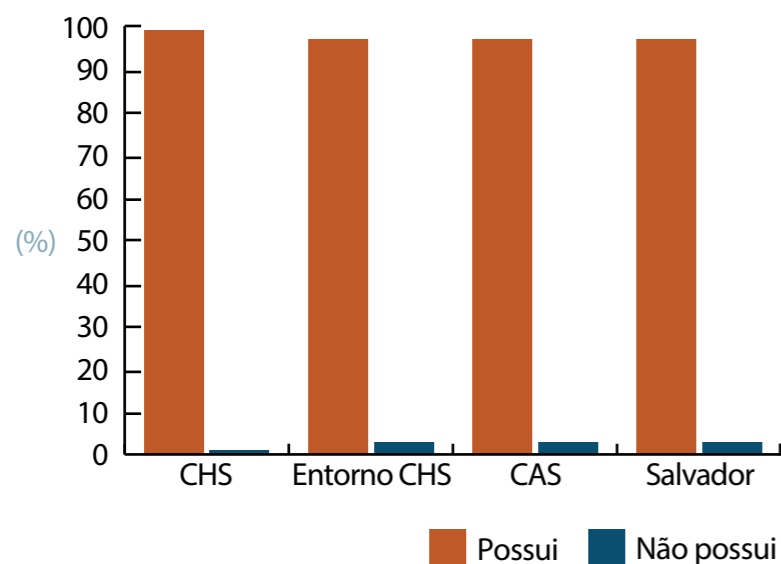


Gráfico 9
Acesso a bens de consumo duráveis – Televisão
CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Internet. O acesso doméstico à televisão é praticamente universal em todas as faixas de rendimento e níveis de educação, o que torna este veículo o principal meio de informação de Salvador (Gráfico 9).

De outro lado, a quase totalidade das emissoras de televisão no Brasil é de natureza comercial, o que ajuda a formatar e reafirmar a apreensão dos indivíduos pela propaganda e publicidade de que o consumo é um indicador de cidadania e inclusão social. O Censo 2010 nos informa que 95,5% dos indivíduos analfabetos ou com nível fundamental completo têm televisão em seu domicílio. Percentual semelhante foi

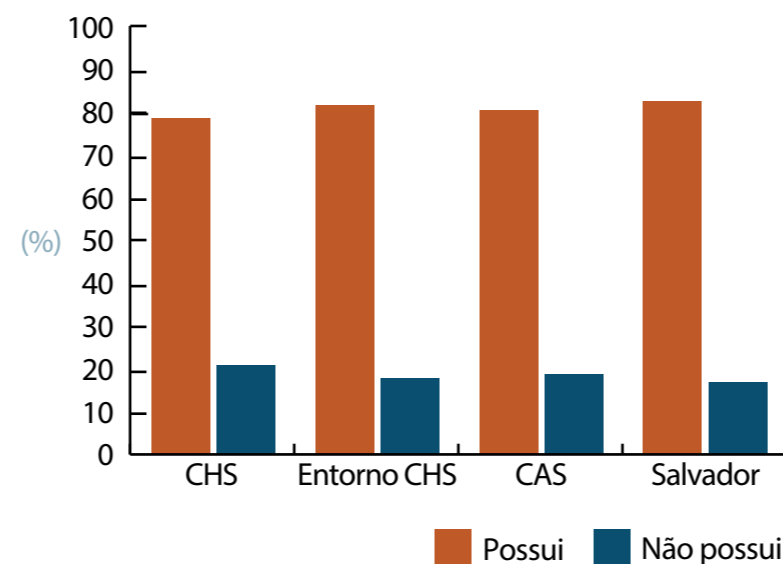


Gráfico 10
Acesso a bens de consumo duráveis – Rádio
CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

identificado dentre a parcela da população com ingresso aos programas de benefícios sociais (Gráfico 22). O rádio também está presente, em 83,1% dos domicílios, independentemente do grau de instrução de seus moradores. (Gráfico 10). Os indivíduos que têm terceiro grau completo usam mais esta mídia (89,0%).



No campo das novas tecnologias, o celular como suporte multimídia – telefone, rádio, Internet, game, veículo de mensagem – é extremamente atrativo, inclusive para a parcela da população de menor poder aquisitivo e instrução. Em Salvador, 81,7% dos indivíduos sem instrução ou com nível fundamental incompleto têm acesso ao telefone móvel. No CAS, para o mesmo público, este percentual é um pouco maior. Vê-se que, em Salvador, o uso de celular é quase universal e proporcional ao nível de instrução e rendimento. Nível fundamental completo e médio incompleto (91,2%); médio completo e

superior incompleto (95,8%); nível universitário (98,5%). No CHS, a participação relativa é maior dentre os indivíduos que possuem nível superior. Mesmo os indivíduos inscritos nos programas de benefícios sociais, a proporção de acesso é elevada (85,0%). Como se vê, esta é uma mídia bem aceita pela comunidade soterropolitana (Gráfico 11).

A facilidade de crédito, o barateamento dos equipamentos e a expansão da Banda Larga possibilitaram que um número maior de residentes em Salvador/CAS tivesse acesso ao

microcomputador (45,7%) e à rede mundial). Mas observa-se que o acesso prevalece dentre os segmentos da população com mais anos de estudo. Veja-se que, enquanto 22,4% dos indivíduos sem instrução e nível fundamental incompleto têm computador, 89,4% dos que possuem terceiro grau completo têm acesso ao aparelho e à Internet (89%). No CHS, este percentual é 67% (Gráficos 12 e 13).

O segundo agrupamento de bens de consumo duráveis observados no CAS são os eletroeletrônicos – geladeira (ver [Apêndice 2 - Tabela 18](#)),

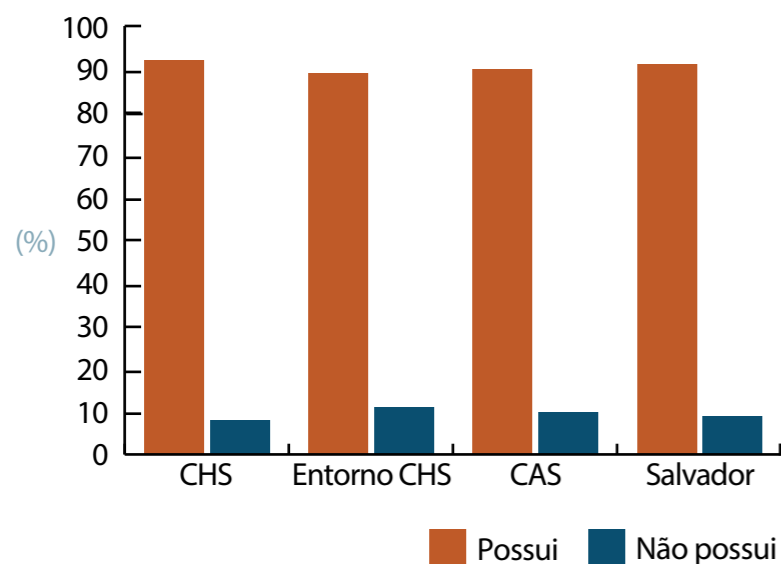


Gráfico 11
Acesso a bens de consumo duráveis – Telefone celular – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

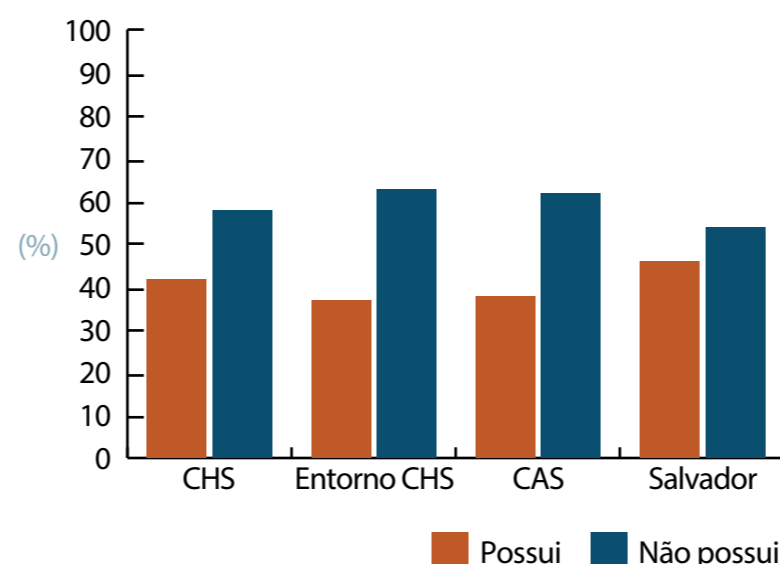


Gráfico 12
Acesso a bens de consumo duráveis – Microcomputador – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

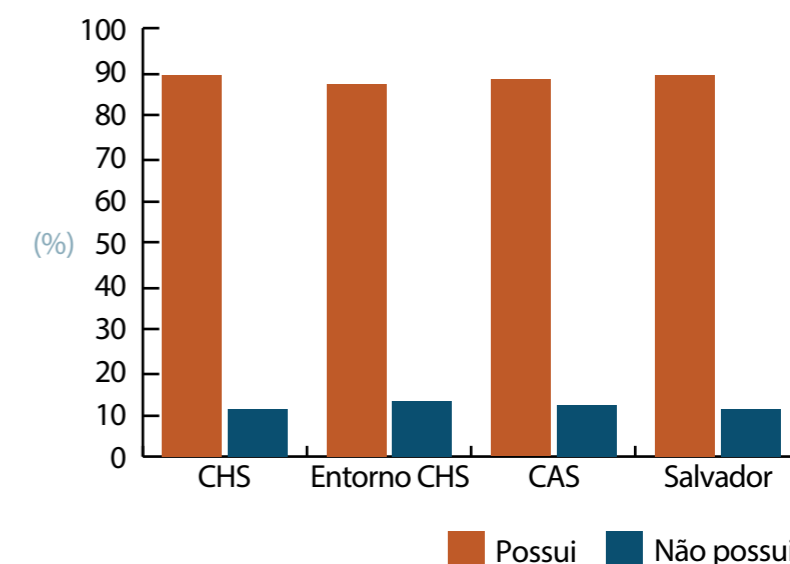


Gráfico 13
Acesso a bens de consumo duráveis – Microcomputador com acesso à Internet – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Nota: Percentual em relação ao total de domicílios que possuem microcomputador.

máquina de lavar (Tabela 17), telefone fixo (Tabela 20) – e os meios de transporte individual – automóvel (Tabela 24) e motocicleta (Tabela 23). Neste caso, apenas a geladeira está presente em quase todos os lares (95,5%). A máquina de lavar, mais acessível, existe na metade dos domicílios pesquisados (34,9%). O telefone fixo perde espaço para o celular nas regiões onde moram indivíduos de menor poder aquisitivo (46% no CHS).

Os dados do Censo reafirmam a necessidade de investimento público destinado à melhoria dos meios de transporte coletivos, já que apenas 28% da população de Salvador tem automóvel e 5,7% possui motocicleta. No CAS, pelas características da população e ocupação do território, esta necessidade é ainda mais premente (19,1% dos residentes têm automóvel e 5,3% têm motocicleta).



VULNERABILIDADE NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Para análise dos indicadores de vulnerabilidade, foram consideradas as informações relativas aos atributos de idade, gênero, cor ou raça, analfabetismo, necessidades especiais, seguridade e benefícios sociais. É importante ressaltar que o conceito de vulnerabilidade, adotado neste relatório, ancora-se no entendimento de que os eventos que tornam os indivíduos vulneráveis não são determinados apenas por aspectos de natureza econômica. Fatores como discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência de qualquer ordem também apontam situações de vulnerabilidade. Francisco de Oliveira vai mais além:

As situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas (OLIVEIRA, 1995).

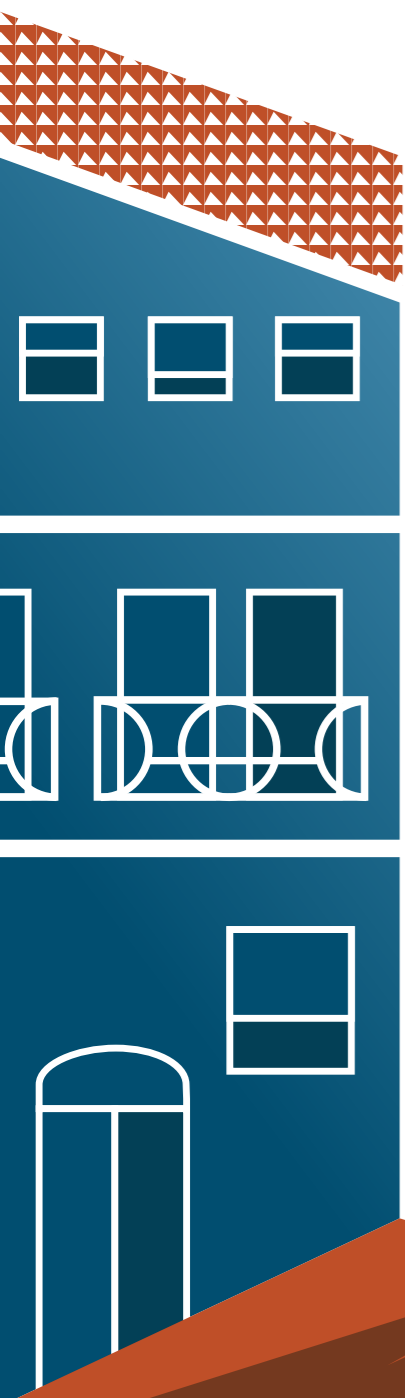
Tradicionalmente, em nível de famílias, a vulnerabilidade está vinculada à capacidade des-

tas darem respostas e promover ajustes frente às condições desfavoráveis do meio, ou seja, a capacidade – financeira e social – que as famílias têm para enfrentar as adversidades. De modo que os núcleos familiares ou indivíduos que dispõem de pouco capital humano⁶ – com carências no plano da informação e das habilidades sociais básicas, com falta de relações pessoais e com pouca capacidade para manejar seus recursos –, quando sujeitos à discriminação, ficam vulneráveis a qualquer mudança ocorrida em seu entorno imediato.

Responsáveis pelo domicílio do sexo feminino em idade vulnerável

Neste relatório tratar-se-á do caso de famílias chefiadas por mulheres em condição de vulnerabilidade segundo o indicador de faixa etária em seus extremos – entre 15-29 anos e 60 anos e mais – por se considerar que nestas condições, a ausência masculina ou a presença do homem sem o rendimento, agrava a condição familiar, sobretudo nas famílias pobres. Muitas vezes é a mulher o único membro adulto que tem remuneração no núcleo familiar, o que contribui para a entrada precoce de crianças e adolescentes (os filhos) no exercício de atividades remuneradas, interrompendo ou não priorizando, os estudos devido a necessidade de ajudar no sustento da família. No

⁶ Schultz (1967).



CAS, os domicílios chefiados por mulheres entre 15-29 anos abrangem 1/3 das famílias, proporção pouco melhor que Salvador (Tabela 3). Somado a proporção de idosas são 50,2% de famílias chefiadas por mulheres, que apresentam algum tipo de vulnerabilidade, seja econômica ou social.

Na análise de Deschamps:

No plano de formação das unidades domésticas, são assinalados dois fenômenos que tendem a acentuar a vulnerabilidade demográfica. O primeiro consiste no incremento da uniparentalidade, pois uma família formada por chefe e cônjuge estaria em melhores condições para atender satisfatoriamente aos requerimentos emotivos, de tempo, de trabalho e financeiros para a manutenção de um lar com dependentes menores. O segundo fenômeno diz respeito à crescente porcentagem de mulheres chefes de família, as quais tendem a enfrentar maiores dificuldades para seu desenvolvimento cotidiano. Esse fenômeno, ao mesmo tempo em que reflete um fortalecimento da posição da mulher, pode ser tomado como um risco, dependendo do tipo de chefatura. Por exemplo, a chefatura de mulheres idosas, por circunstância da morte do marido, é bem distinta da chefatura de mulheres em idade reprodutiva e com filhos provocada pelo abandono do marido ou pela dissolução do casamento (DESCHAMPS, 2004).

Nas regiões mais susceptíveis a problemas sociais do CAS – Pelourinho, Maciel, Gravatá, Saúde, Ladeira da Montanha, Pilar, Conceição da Praia, parte de Macaúbas, Soledade e Contono –, “a po-

Faixa etária	CAS			Salvador
	CHS	Entorno CHS	Total	
15 a 29 anos	32,52	32,94	32,91	35,03
30 a 39 anos	22,10	18,51	18,81	22,80
40 a 59 anos	30,87	30,96	30,95	30,39
60 a 69 anos	7,40	8,58	8,48	6,59
70 anos ou mais	7,12	9,01	8,85	5,19

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

pulação de menor idade merece atenção, dentre outros motivos, pelo convívio com condições de risco – consumo de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, gravidez na adolescência, situações decorrentes da frágil estrutura familiar” (GOTTSCHALL; SANTANA, 2006). Por outro lado, a população idosa demanda maior oferta de serviços públicos e de mais qualidade, principalmente, quando se trata de acessibilidade e segurança. O envelhecimento populacional é uma conquista a ser celebrada, mas também, o crescimento deste segmento requer investimentos públicos em várias frentes, com vista à garantia e à efetivação do acesso dessas pessoas aos bens e aos serviços socialmente produzidos.

Os dados do Censo 2010 indicam que 5,1% da população residente no CAS apresenta algum tipo de necessidade especial – visual, auditiva, de locomoção ou mental –, com destaque para

a dificuldade ou impossibilidade de caminhar (2,1%) (Gráfico 14).

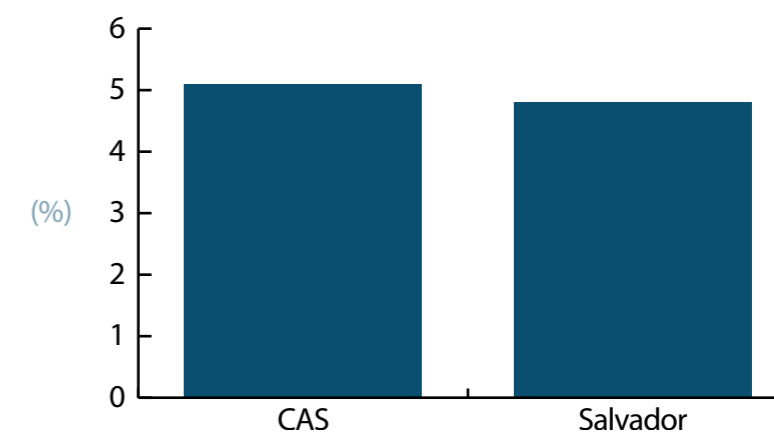


Gráfico 14
População residente com necessidades especiais – CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

O tempo de deslocamento dos indivíduos entre a casa e o trabalho é outro indicativo da capacidade de mobilidade na capital. Os dados apon-

tam que os moradores do CHS demandam muito mais tempo para chegar no trabalho que a média do CAS e de Salvador. Provavelmente, isto ocorre em função da má condição de conservação dos meios de transporte – Plano Inclinado Gonçalves e Elevador Lacerda e Plano Pilar – que dificulta o acesso aos terminais de ônibus e a escassez de serviço de transporte público destinado à região (Tabela 4).

Vulnerabilidade da mulher negra

Acredita-se que o maior grau de vulnerabilidade social é do segmento da população que, por diversos motivos, não dispôs de condições mínimas para se dedicar aos estudos: os analfabetos. Se, a esta condição, está aliada a qualidade de mulher negra, a situação é extremamente grave porque, dentre outros motivos, impõe dificuldade de inserção no mercado de trabalho que, historicamente, reflete as desigualdades sociais através de menor remuneração, precariedade dos vínculos, piores condições para exercer as atividades laborais. Além disto, o analfabetismo determina outras consequências sociais, que se refletem na dificuldade do convívio, na comunicação, baixa autoestima, dentre outros.

Os dados do Censo 2010 indicam que o analfabetismo está quase eliminado dentre as mulheres negras jovens (15-29 anos), o que

Tabela 4
Tempo habitual de deslocamento de casa ao trabalho (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Tempo	CHS	Entorno CHS	CAS	Salvador
Até meia hora	21,9	43,7	41,4	39,4
Mais de meia hora até uma hora	30,8	37,0	36,3	38,6
Mais de uma hora até duas horas	40,3	17,0	19,4	19,5
Mais de duas horas	7,0	2,3	2,8	2,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

demonstra a universalização do acesso ao ensino fundamental dentre este segmento da população. Prova disto está nos percentuais identificados para as idosas, principalmente em Salvador (Tabela 5). Este é um indicador que merece ser comemorado, pois está deixando de ser referencial para vulnerabilidade na capital.

Seguridade e benefícios sociais

Os dados apresentados no Gráfico 15 resultam da soma entre rendimento mensal de aposentadoria oficial, de programa social bolsa família ou erradicação do trabalho infantil e outros programas sociais de transferências.

Tabela 5
Mulheres negras por faixa etária e escolaridade (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Faixa etária	CAS						Salvador	
	CHS		Entorno CHS		Total			
	Analfabeta	Alfabetizada	Analfabeta	Alfabetizada	Analfabeta	Alfabetizada	Analfabeta	Alfabetizada
15 a 29 anos	1,16	98,84	0,83	99,17	0,86	99,14	1,28	98,72
30 a 39 anos	4,48	95,52	1,71	98,29	1,98	98,02	2,64	97,36
40 a 59 anos	5,95	94,05	3,78	96,22	3,96	96,04	7,49	92,51
60 a 69 anos	8,28	91,72	6,05	93,95	6,21	93,79	18,81	81,19
70 anos ou mais	15,89	84,11	9,09	90,91	9,55	90,45	30,94	69,06

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

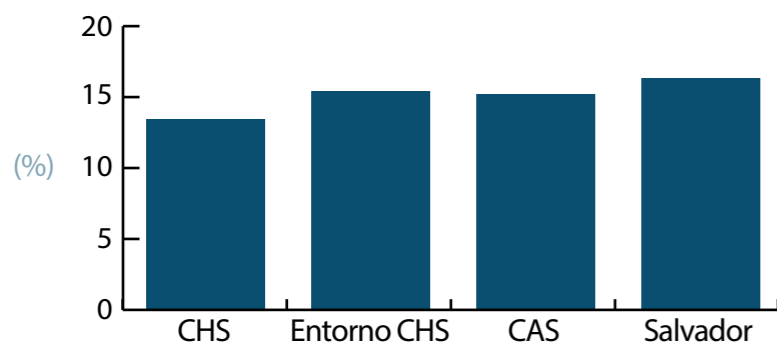


Gráfico 15
População residente beneficiária das políticas de Seguridade e Benefícios Sociais (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Neste caso, Salvador destaca-se em relação ao CAS, já quando se observa o Gráfico 16 sobre programas de benefícios sociais, a participação do CAS, sobretudo do Entorno do CHS, é superior à média de Salvador, indicando uma certa vulnerabilidade das pessoas residentes nesta região. Considerando a divisão das informações segundo as Áreas de Ponderação (AP), nota-se que a população que acessa os programas sociais estão assim distribuídos: 6,0% na AP 13 (Barris), 6,4% na AP 23 (CHS), 7,7% na AP 41 (Nazaré) e 10,4% na AP 24 (Centro).

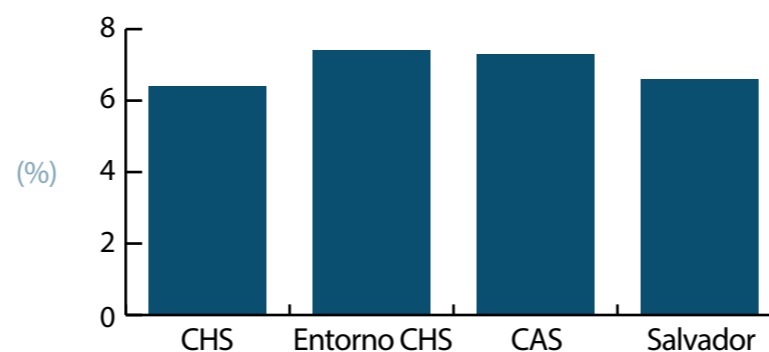


Gráfico 16
População residente beneficiária de programas sociais (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Estátua de Oxum no Dique do Tororó.
Foto: Emtursa.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Débora; FONSECA, Gabriela da. “Nova classe média” brasileira: cidadãos plenos ou consumidores ávidos? In: SIMPÓSIO DESIGUALDADES ECONÔMICAS E CIDADANIA, 2012, Brasília. *Trabalho apresentado...* Brasília: UNB, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/gabrielafonseca77398/nova-classe-mdia-brasileira-cidados-pletos-ou-consumidores-vidos>>. Acesso em: 25 out. 2012.
- ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa de. Desenvolvimento humano no Recife. In: RECIFE. Prefeitura. *Atlas Municipal*. Recife: Prefeitura Municipal, 2008. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_recife/atlas_recife_idh_bairros.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.
- AUSTRAL, Cowi. *Revisão de literatura sobre os determinantes da vulnerabilidade e tendências*. [S. l.]: Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, 2009. Disponível em: <<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d119372.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2012.
- BAHIA. Secretaria de Cultura; UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: ERCAS; UNESCO, 2010. 344p.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Brasil: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 520 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Brasil: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 256 p.
- DESCHAMPS, Marley Vanice. *Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba*. 2004. 176 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webisidocs/tese_marley_deschamps.pdf>. Acesso em: 18 out. 2012.
- GOTTSCHALL, C. de S.; SANTANA, M. C. de. Perfil dos moradores do Centro Tradicional de Salvador à luz do Censo 2000. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (Org.). *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: SEI; Edufba, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. *Cadernos ABONG*, São Paulo, série especial, 1995.
- SOUZA, Ângela G. Ocupação urbana e habilitação. In: BAHIA. Secretaria de Cultura; UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: ERCAS; UNESCO, 2010. p.73-101.
- SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SMITH, Patrícia. A dimensão social e o quadro de vulnerabilidades. In: BAHIA. Secretaria de Cultura; UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: ERCAS; UNESCO, 2010. p. 229-261.
- YACCOUB, Hilaine. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 197-231, jul./dez. 2011.





MERCADO DE TRABALHO NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Gustavo Tonheiro Palmeira¹
André Dantas Cunha²

Este artigo aborda, como explicado na introdução desta publicação, as principais tendências do mercado de trabalho no Centro Antigo de Salvador (CAS), no período de 14 anos. Para tanto, foram abordadas as características dos residentes ocupados e desempregados do Centro Antigo, buscando, sempre que possível, uma comparação com os residentes do total da população de Salvador sob as mesmas condições de ocupação. Para tanto, recorreu-se à base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), no período de 1997 a 2010 cujas informações estão apresentadas em triênios ou em médias móveis trianuais.

¹ Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Graduado em Ciências Sociais com Ênfase em Consultoria e Planejamento de Pesquisa Socioeconômica pela Universidade Salvador (Unifacs).

A economia soteropolitana é balizada pelo desempenho econômico brasileiro, isso é também verdade para o mercado de trabalho, que no último decênio apresentou significativas mudanças em seus conhecidos problemas, a exemplo da precarização das condições de inserção dos trabalhadores e das elevadas taxas de desemprego. Houve uma redução da população desempregada, assim como da população ocupada em situação precária.

A percepção de diferenças e semelhanças, particularidades da população, como sexo, idade, deslocamento, mercado de trabalho e a posição dos ocupados, que pode apontar necessidades e potencialidades ligadas à população da região, são importantes para a elaboração de políticas públicas que visam fomentar o crescimento econômico sustentável, tirando proveito do mercado de trabalho.

Além dessa breve introdução, o artigo está organizado em mais três seções: a primeira comporta o perfil dos moradores da região em estudo a partir de indicadores de características pessoais, como cor, sexo, idade e migração; a segunda trata de características ocupacionais, como posição na ocupação, setor e renda; e as considerações finais concluem esse artigo. Mais informações estão disponíveis no [Apêndice 4 - Dados da PEDRMS para Salvador e CAS](#).



O PERFIL DA POPULAÇÃO

Como qualquer centro de grande cidade, o CAS é uma região complexa onde convivem atividades competitivas, tradicionais e precárias, rica em equipamentos culturais e em atrativos para a população residente. Nesta ampla região (6,45 km²), a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) entrevistou 11.232 pessoas no triênio 2008-2010, encontrando uma população predominantemente feminina, com 55.4%, contra 44.6% do sexo masculino. Essa população feminina é semelhante à de Salvador, mas a região se destaca quando analisamos a mulher como chefe de domicílios, que no CAS alcança a marca de 42%, contra 38% em Salvador.

Quando se trata da cor da população, no CAS é maior o número de brancos relativamente a Salvador, chegando a 23,72% dos residentes e um percentual menor de negros 76,28% no CAS, mostrando uma distinção da população de Salvador onde o percentual de pessoas brancas é menor, com 15,62% de brancos e 84,38% de pessoas negras. Uma possível explicação para a maior presença de brancos é que a região atraía

uma população mais elitizada, branca e escolarizada, que se manteve na região. Também é marcante a maior presença da terceira idade no CAS. No intervalo de 2008-2010, a população do CAS tem 14,3% dos moradores com 61 anos ou mais, proporção significativamente maior se comparada com Salvador, onde somente 10,8% estão nessa faixa. Em contrapartida, a proporção de crianças e jovens de até 17 anos era menor no CAS (19%), para um percentual de 24% no conjunto da cidade.

A escolaridade da população do CAS, pelo recorte da População Economicamente Ativa (PEA), ainda mantém vantagem com relação à média da população de Salvador. No Centro Antigo, 13,1% da população economicamente ativa tem o 1º grau incompleto, um percentual inferior ao de Salvador, que possui 19,6% da sua população economicamente ativa sem completar o 1º grau. Essa vantagem se mantém quando observamos o 1º grau completo e 2º incompleto (5,9% e 5,2% para o CAS e 7,9% e 7,9% respectivamente para Salvador). Para o 2º grau completo, os percentuais são próximos (51,6% para o CAS e 50,3% em Salvador), já em relação ao ensino superior completo, existe uma grande diferença: 24,2% da PEA no CAS tem nível superior, enquanto 14,3% para Salvador. Essa diferença é fundamental para a análise dos rendimentos dos trabalhos entre o CAS e Salvador.

ENTREVISTA COM MORADORES DE DIVERSAS REGIÕES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR QUE FALAM SOBRE COMO É MORAR NO CAS, SUA BELEZA, SUAS QUALIDADES E SEUS PROBLEMAS

http://youtu.be/qje-3_fIPXo

O CAS E A IMIGRAÇÃO

Os recém-imigrados com menos de três anos no CAS alcançou o pico em 2001, quando 13,2% dos moradores da região estavam nesta condição. Pode-se supor que a atratividade do CAS decorreu da centralidade midiática do Pelourinho, resultado do sucesso do axé music, da conclusão das sete primeiras etapas da reforma e do elevado fluxo turístico para região. O esvaziamento sucessivo das atrações no Pelourinho e o elevado custo de manutenção para o poder público estadual foi registrado nos dados da PED a partir de 2002, quando apresentou uma suave queda, que se intensifica nos anos de 2009 e 2010, chegando a 10,01% da população residente recém-imigrada. Outro aspecto a ser considerado para a condição dos recém-imigrados é a característica estrutural da região em atrair estudantes vindos do interior. Observando esses moradores recém-imigrados do CAS e sua situação escolar, podemos verificar que 53,7% deles estudam, indicando uma tendência de atração de estudantes para essa região da cidade, já que possui muitas escolas, pensões, aluguéis mais baratos e melhores condições de transporte, facilitando a vida do estudante.





CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS

O processo de expansão econômica brasileira e a recuperação das ocupações no mercado de trabalho, registradas a partir de 2003, foram acentuadas na segunda metade da década passada no Brasil e embasam o que Carvalho (2008) afirma:

Tanto na Região Metropolitana de Salvador como em outras regiões, as informações disponíveis deixam evidente uma interrupção do processo de desestruturação e precarização do mercado de trabalho que marcou a década de 1990, com um crescimento da ocupação, uma recuperação do emprego formal e uma redução do desemprego (CARVALHO, 2008, p. 122).

É justamente essa forte recuperação do emprego que possibilitou a Salvador reduzir significativamente a sua taxa de desemprego, ainda que permaneça superior às taxas identificadas em outras regiões metropolitanas do nordeste, de uma taxa de desemprego de 27,1%, em 2003, para 15,4%, em 2010. A taxa de desemprego do Centro Antigo acompanha a tendência de queda e se apresenta inferior à média da capital. Entre 2004 e 2007 cai e, a partir de 2007 até

2009, a taxa de desemprego do CAS tem uma suave variação, voltando a cair em 2010, chegando a 13,2%.

Outro aspecto que se modificou no período em estudo foi a informalidade. O conceito de informalidade, como apresentado na introdução desta publicação, é o de ocupações sem contribuição à previdência, o que remete a condição da população à margem da regulação institucional, fruto da exclusão e da desigualdade existentes na forma de organização do trabalho. O trabalho informal é, portanto, uma forma de inserção precária no mercado de trabalho. É comum encontrar trabalhadores autônomos, empregados domésticos, pequenos comerciantes e empregados contratados como informais sem direito à malha protetora previdenciária, portanto sem garantias institucionais causadas pela inexistência dos arranjos jurídicos dessa forma de trabalho.

O gráfico a seguir demonstra que a informalidade no Centro Antigo acompanha a taxa da cidade de Salvador, apresentando uma queda semelhante e contínua, mesmo assim apresentando um alto índice de informais entre os ocupados, ultrapassando 30% dos trabalhadores ocupados.

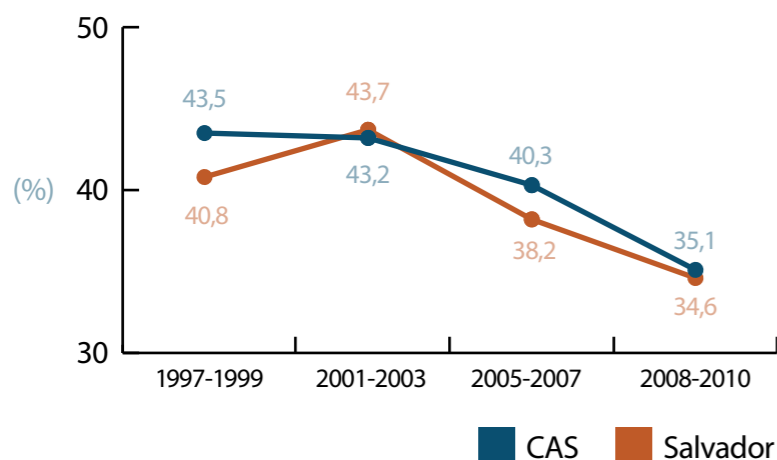


Gráfico 1
Informalidade entre os ocupados – CAS/SSA – 1997/2010

Fonte: PEDRMS (convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Para a região em estudo, ocorre uma queda nos índices de informalidade entre os ocupados, que teve início no triênio 2001-2003, quando chegou a 43,7% da população ocupada do CAS. Depois desse pico de 43,7%, houve uma queda constante, alcançando 38,2% no triênio 2005-2007, e reduzindo para 34,6% no triênio 2008-2010, totalizando uma redução de 9,1% na taxa de informalidade no período de 10 anos, uma queda superior aos 8,1% referentes à redução da cidade de Salvador, que passou de 43,2% em 2001-2003, para 35,1% no triênio 2008-2010.

A partir do conceito de informalidade adotado neste trabalho, alinhado com a característica da região de ter poucos empregados domésticos, empregadores e ocupados em negócios fami-

liares – juntos chegam a 11,9%. A taxa de informalidade deve estar relacionada com o elevado índice de autônomos na região, que chegam a 23,0% dos ocupados, possivelmente ajudando a elevar o índice de informais.

Analisando o mercado de trabalho a partir da posição na ocupação, o Centro Antigo tem uma maior presença dos assalariados do setor público e empregadores e uma proporção menor de empregados domésticos em relação a Salvador. O motivo dessa divergência é que o Centro Antigo concentra moradores com escolaridade mais elevada e, conseqüentemente, maior renda. A significativa presença de funcionários públicos deve-se à concentração da administração direta e indireta, principalmente, da esfera municipal na região e uma aparente manutenção da convergência entre moradia, administração pública e comércio que existia na parte central da cidade, mesmo não podendo identificar, a partir da PEDRMS, se o servidor público trabalha na região central. A maior quantidade de pequenos negócios na região explica a maior concentração de empregadores no CAS.

Fazendo um recorte por setor de ocupação, o CAS possui mais moradores ocupados no setor de serviços do que a média de Salvador. Entre 2008 e 2010, 74,7% dos ocupados moradores do CAS estavam no setor de serviços, enquanto Salvador tinha 71% da população ocupada no

setor citado. O Centro Antigo tem uma menor presença de ocupados na construção civil e na indústria de transformação, com 2,9% e 5,4% entre 2008-2010 respectivamente, em comparação com Salvador que possui 5,8% dos ocupados na construção civil e 6,9% na indústria de transformação. Analisando por subsetor, os serviços da administração pública têm o maior peso nas ocupações do CAS (11,6%), seguidos de educação (9%), serviços especializados (7,8%) e saúde (7,4%). Existe uma forte retração dos serviços domésticos (em 97-99 eram 13,7% e em 2008-2010 passaram a ser 6,2%). Para Salvador, serviços domésticos é o subsetor que ocupa mais pessoas (10,2%), seguido de serviços públicos (7,7%), educação (6,8%) e alimentação (6,2%).

Guerra e Gonzales (2010) apresentam a condição dos ocupados no CAS – separado entre Centro Histórico (CHS) e Entorno do Centro Histórico (ECH) – como indivíduos dotados de maior escolaridade e rendimento até o ano de 2007.

Devido ao perfil da população residente no CAS, notadamente sua escolaridade e posição ocupacional, os dados da renda média dos ocupados são melhores do que os referentes à cidade de Salvador em todo o período 2000-2007, sobretudo no ECH. Os dados mostram também uma recuperação dos rendimentos nas três regiões a partir de 2006, seguindo, mais uma vez, uma tendência nacional. Essa recuperação dos rendimentos deve ser, contu-

do, vista com cautela. Tanto Salvador quanto seu centro histórico ocupam uma posição pouco favorável em termos de faixa de renda da população ocupada. A renda mensal de quase 58% da população de Salvador, entre 2005 e 2007, era de menos de dois salários mínimos. No CHS, a situação era um pouco melhor, aproximando-se de 46%. Em ambas as regiões, menos de 3,5% da população ocupada auferia renda mensal superior a 10 salários mínimos (GUERRA; GONZALES, 2010, p. 171).

Segundo os autores, o perfil da população residente, assim como sua maior escolaridade e sua posição ocupacional no mercado de trabalho refletem no quadro de renda da região. Observa-se que a renda mediana real dos ocupados residentes no CAS é mais elevada que a renda mediana da população de Salvador. A renda dos moradores da região em destaque acompanha o mesmo sentido que a população de Salvador, com decréscimo até 2001-2003 e aumento da renda a partir do triênio 2003-2005, mas em uma escala superior. Assim, o perfil socioeconômico superior dos ocupados do CAS em relação à média de Salvador permite que os moradores tenham uma renda superior à da cidade.

A distribuição dos ocupados em salários mínimos apresenta uma situação mais confortável dos moradores do CAS em relação à população de Salvador. Com um percentual menor de ocupados ganhando até um salário mínimo, a

presença de uma população de residentes ocupados proporcionalmente maior nas faixas intermediárias de renda é a confirmação do peso da classe média na região. Mesmo com a região abrigando espaços onde existem pessoas em condição de pobreza, ela é proporcionalmente menor do que em Salvador, onde o agravamento da pobreza se dá no subúrbio ferroviário e no “miolo” da cidade.

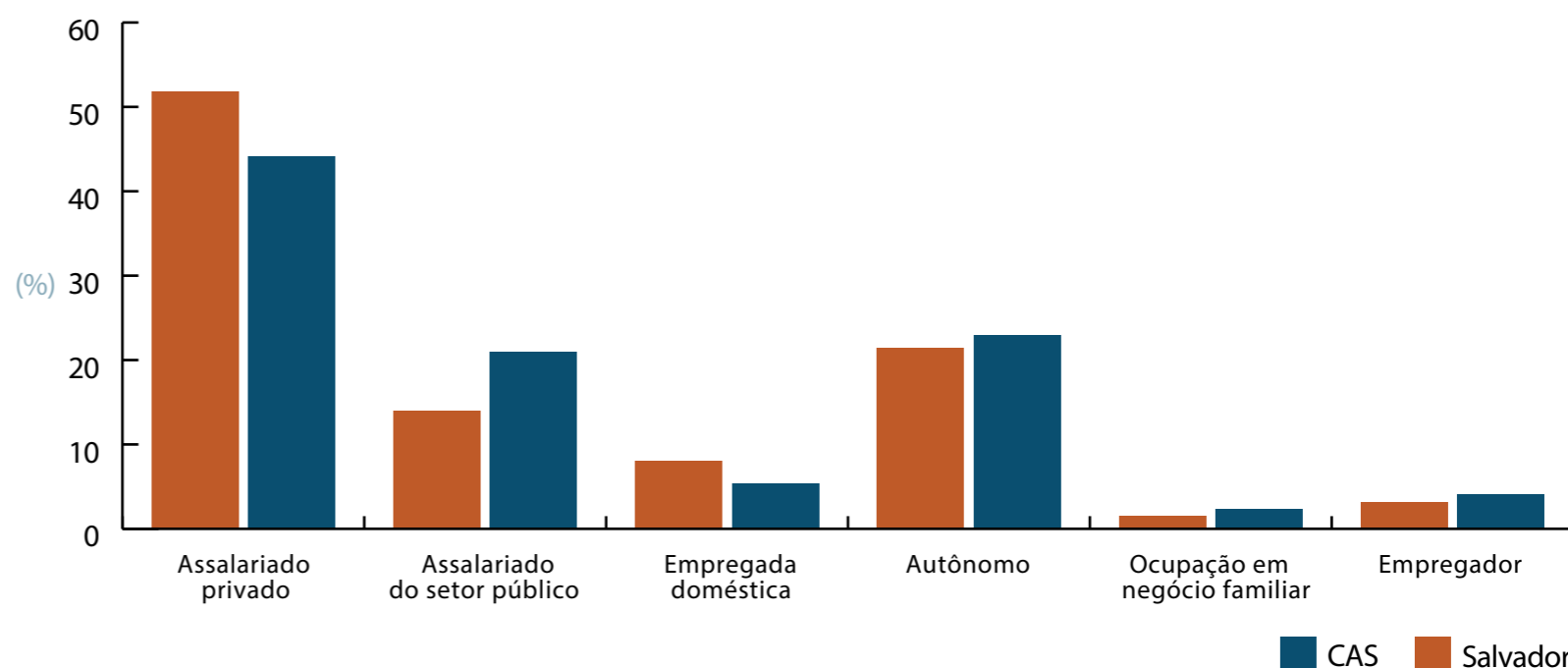


Gráfico 2
Posição na ocupação (%) – CAS/SSA – 2008-2010

Fonte: PEDRMS (convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da PEDRMS para o CAS mostram uma população onde há uma predominância de mulheres chefes de família, negros, uma concentração maior de idosos, e com melhores índices de escolaridade em relação ao conjunto da PEA da cidade.

A região possui proporcionalmente menos desempregados do que o restante da cidade, assim como uma taxa menor de ocupados informais, concentrados em atividades autônomas.

O CAS possui mais ocupados no setor público e empregadores do que a média de Salvador e suas atividades estão mais concentradas no setor de serviços. Em contrapartida, moram poucos trabalhadores na construção civil e indústria de transformação. A presença de moradores com maior índice de escolaridade e um perfil de menor informalidade, aliado a um maior número de ocupados no setor público, são fortes explicações para a região do CAS possuir uma renda advinda do trabalho mais alta do que o restante da cidade. Essa presença de uma população maior nas faixas intermediárias de renda permite afirmar uma presença maior de pessoas de classe média na região.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (Org). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana: as "cidades" de Salvador*. Salvador: Edufba, 2008.

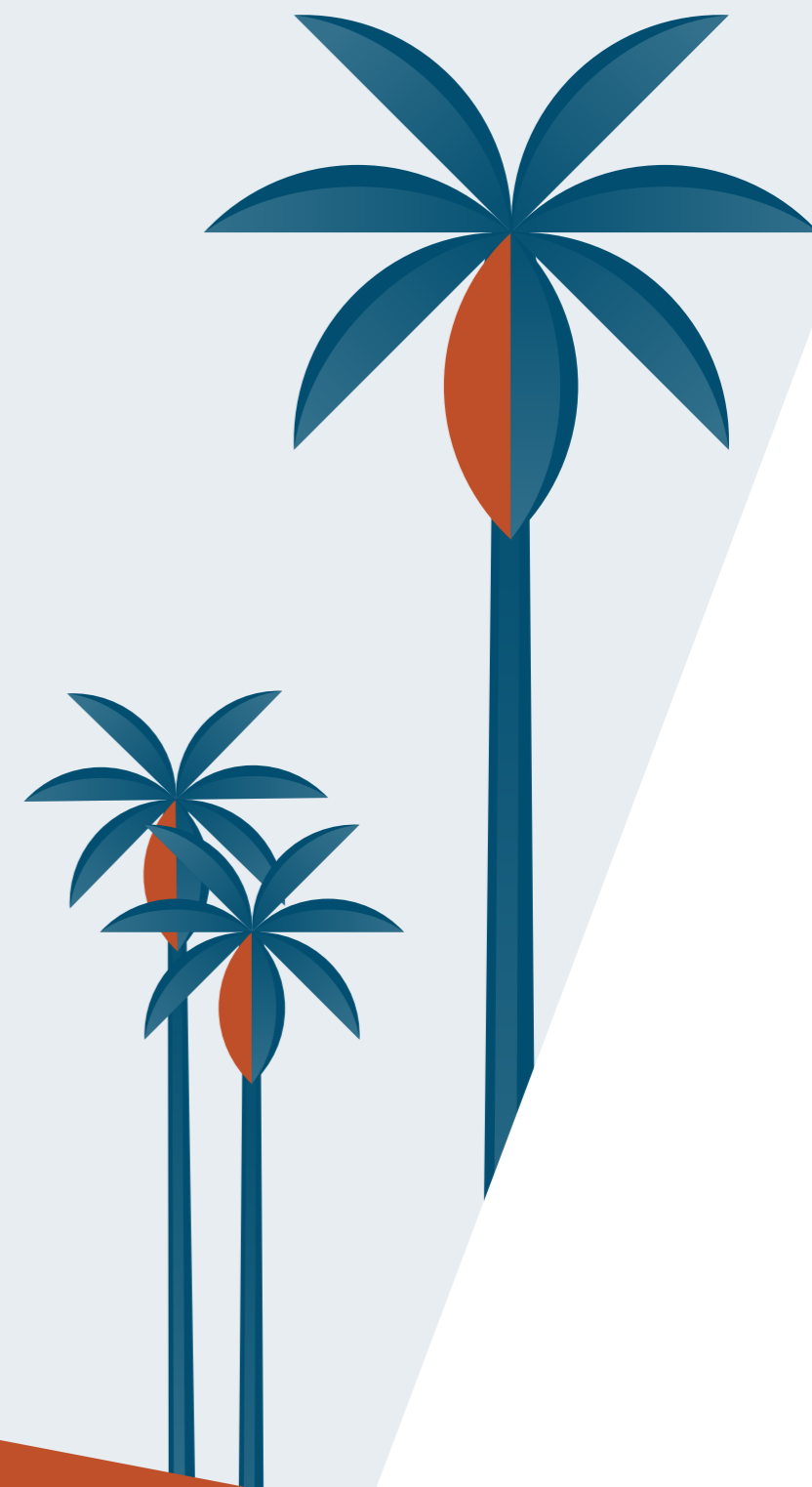
GUERRA, O.; GONZALEZ, P. Aspectos econômicos. In: BAHIA. Secretaria de Cultura; UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: ERCAS; UNESCO, 2010.

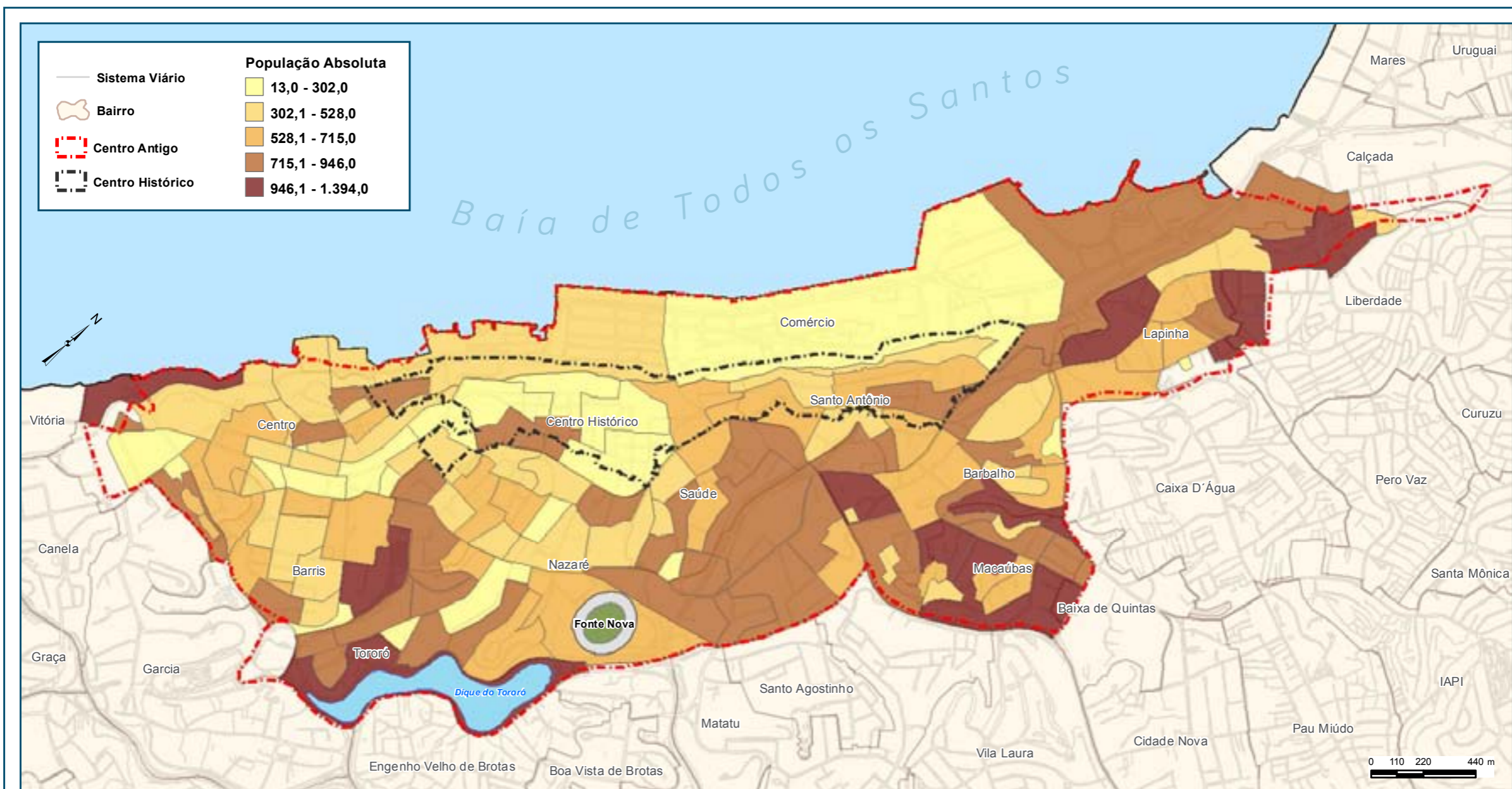


Casario no Pelourinho.
Foto: Flickr, Jesus Abizanda.

MAPAS

- 1 População residente, por setor censitário – IBGE – 2010
- 2 Densidade populacional, por setor censitário – IBGE – 2010
- 3 Total de domicílio, por setor censitário – IBGE – 2010
- 4 Domicílio improvisado, por setor censitário – IBGE – 2010
- 5 Domicílio coletivo, por setor censitário – IBGE – 2010
- 6 Domicílio particular permanente com lixo coletado, por setor censitário – IBGE – 2010
- 7 Domicílio particular permanente com energia elétrica, por setor censitário – IBGE – 2010
- 8 Domicílio particular permanente próprio, quitado e em aquisição, por setor censitário – IBGE – 2010
- 9 Domicílio particular permanente alugado, por setor censitário – IBGE – 2010
- 10 Domicílio particular permanente do tipo casa, por setor censitário – IBGE – 2010
- 11 Domicílio particular permanente do tipo apartamento, por setor censitário – IBGE – 2010
- 12 Registro de memória dos setores censitários – IBGE – 2010

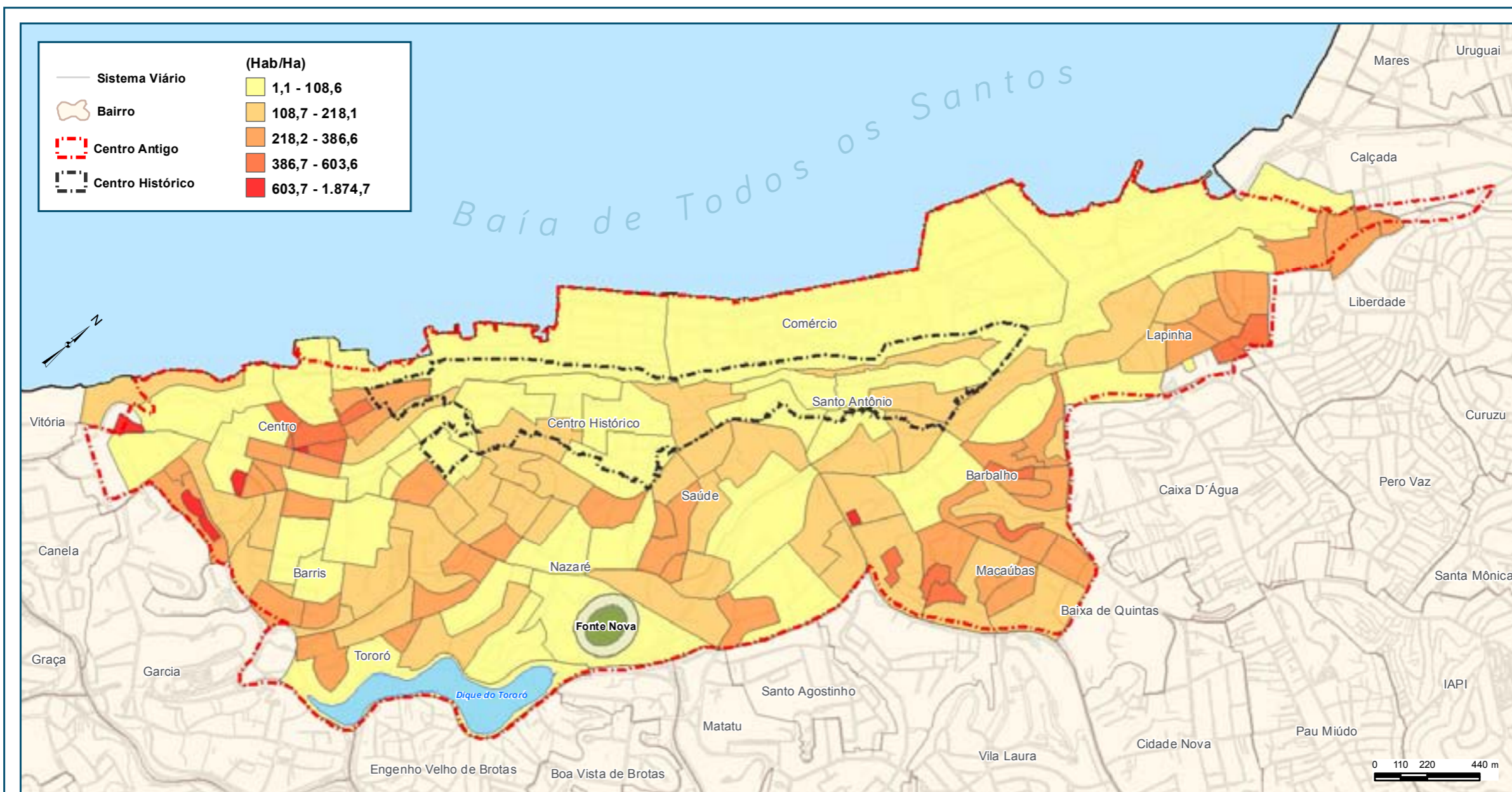




Mapa 1

População residente, por setor censitário - IBGE - 2010

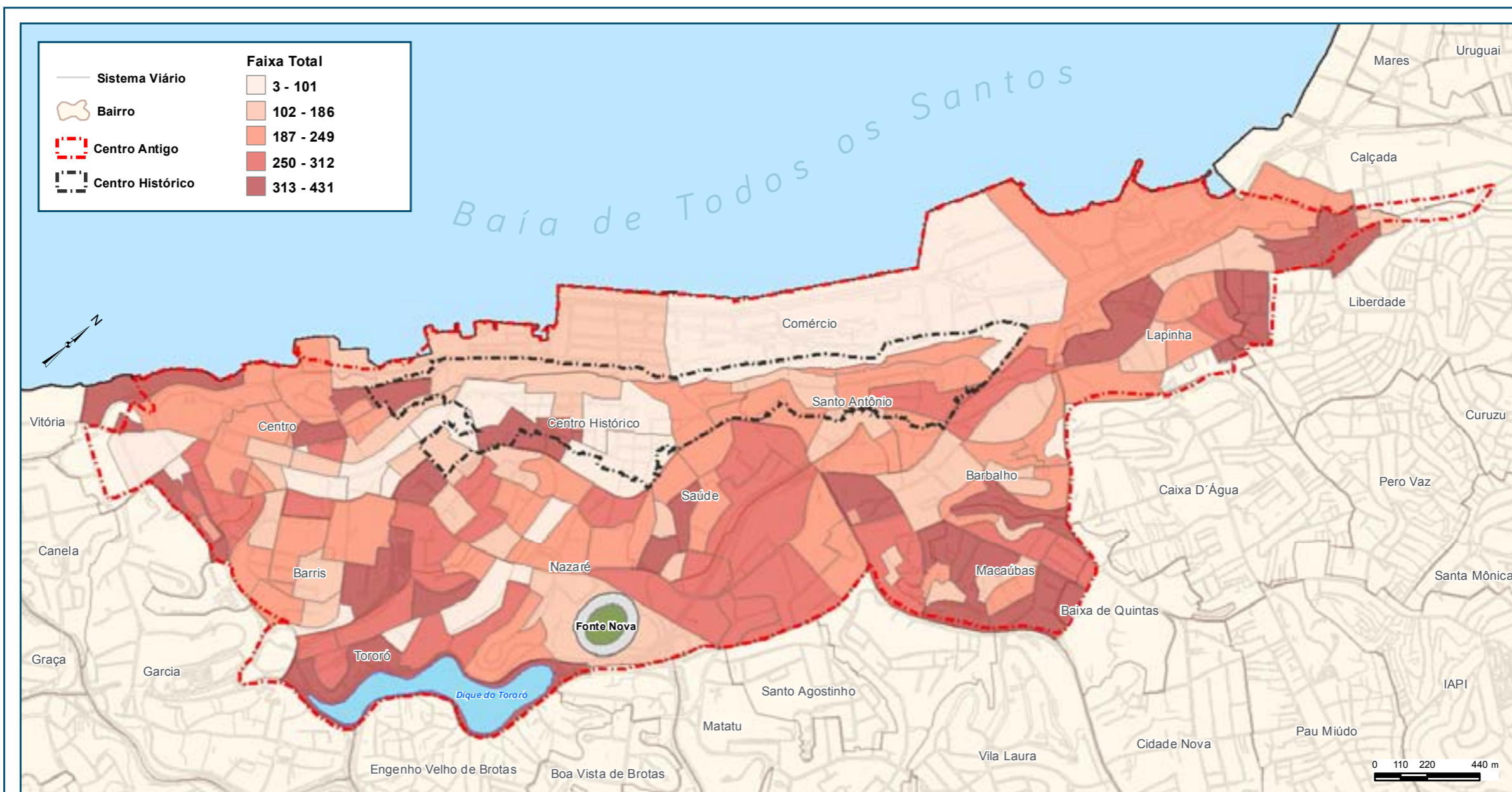
Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS - Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE - Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 2

Densidade populacional, por setor censitário - IBGE - 2010

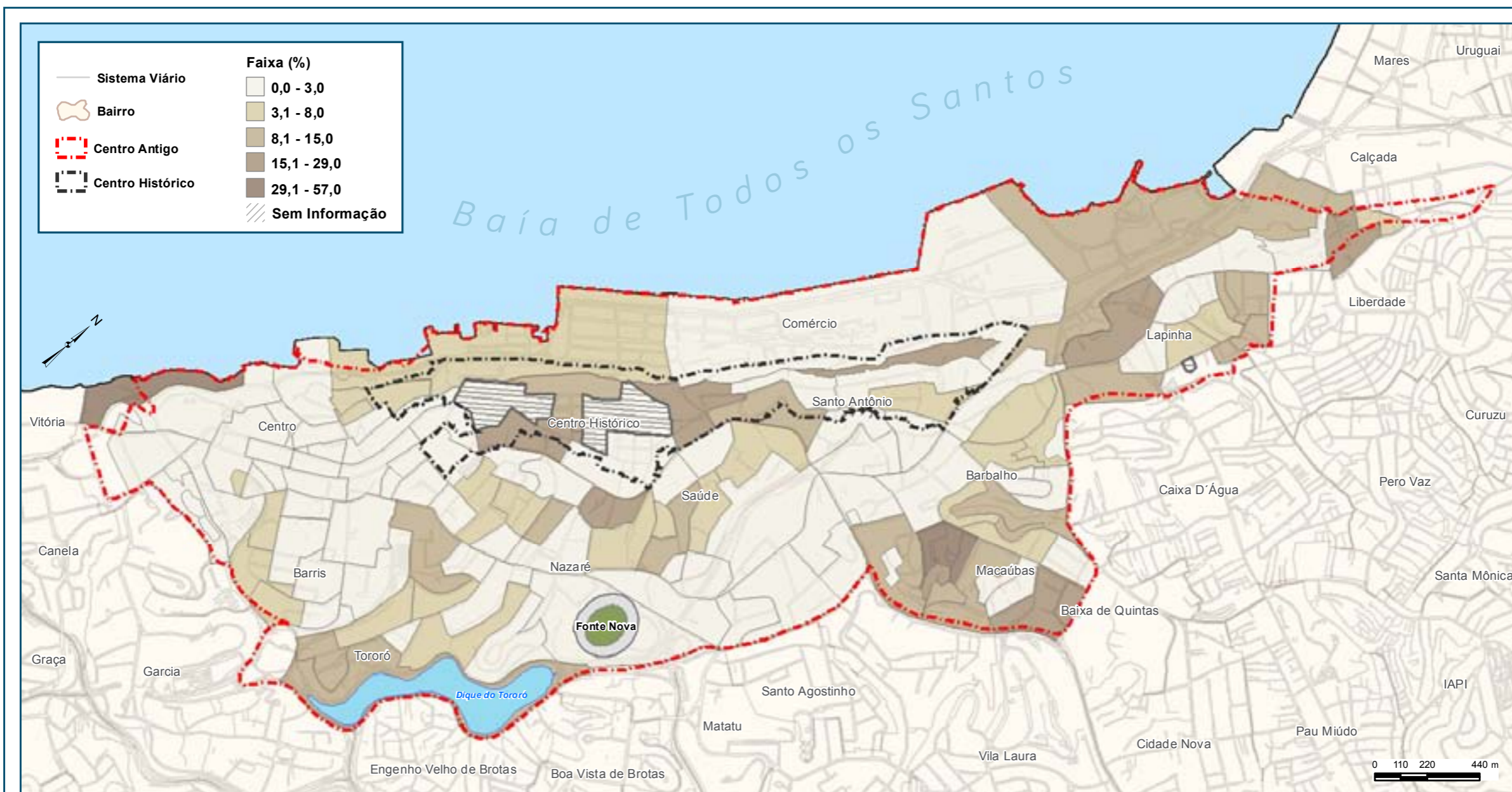
Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS - Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE - Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 3

Total de domicílio, por setor censitário – IBGE – 2010

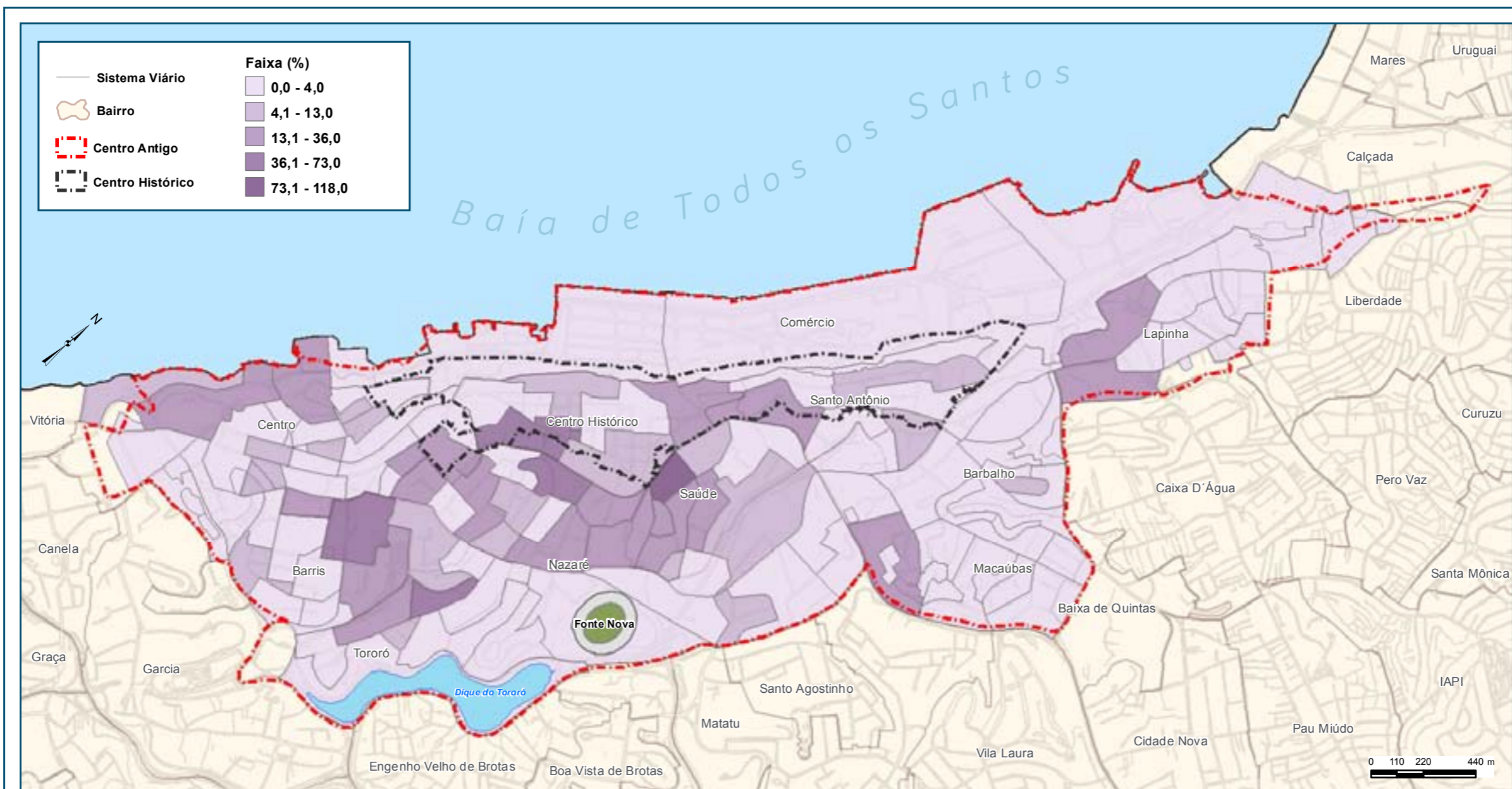
Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 4

Domicílio improvisado, por setor censitário – IBGE – 2010

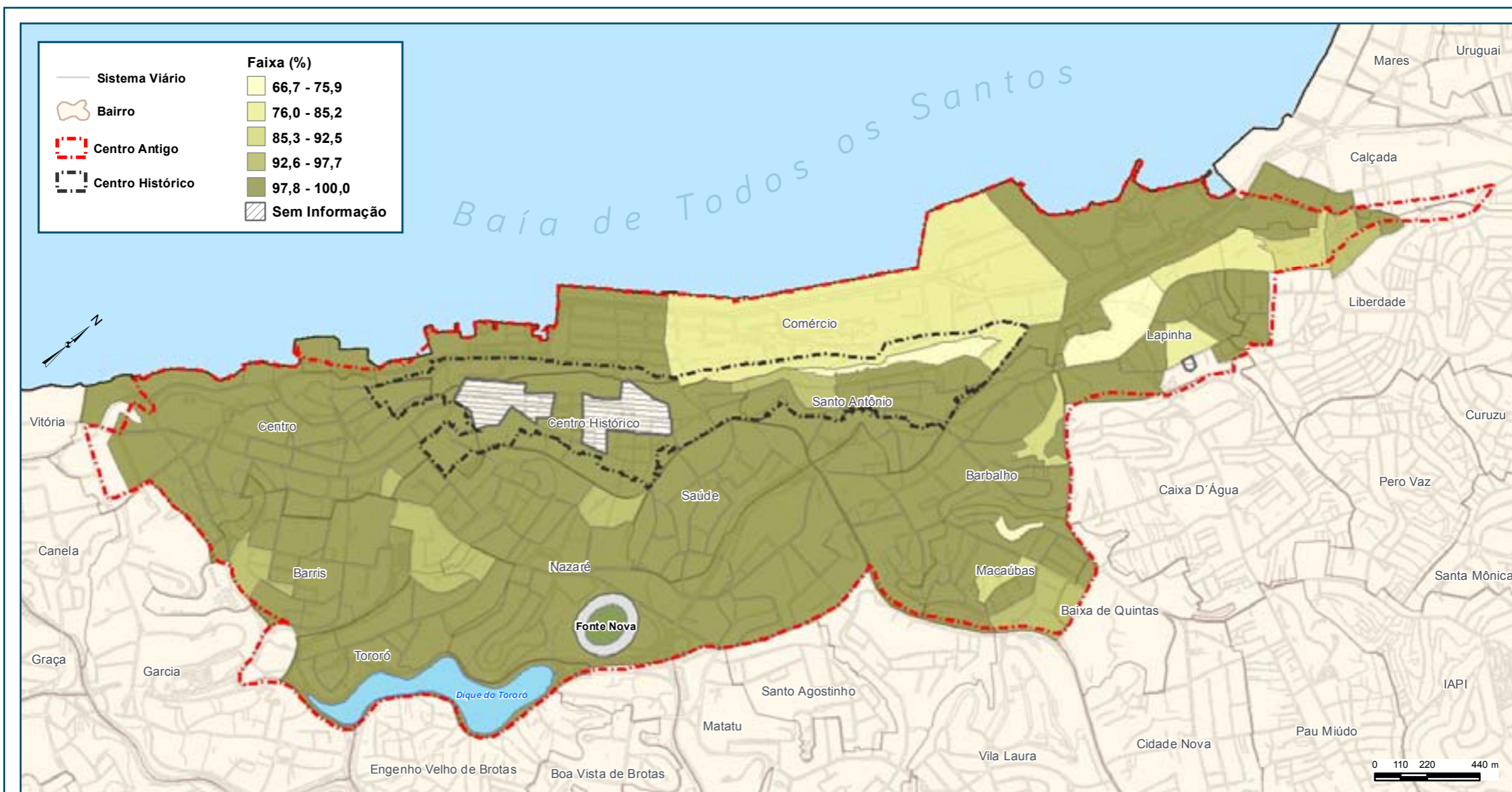
Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 5

Domicílio coletivo, por setor censitário – IBGE – 2010

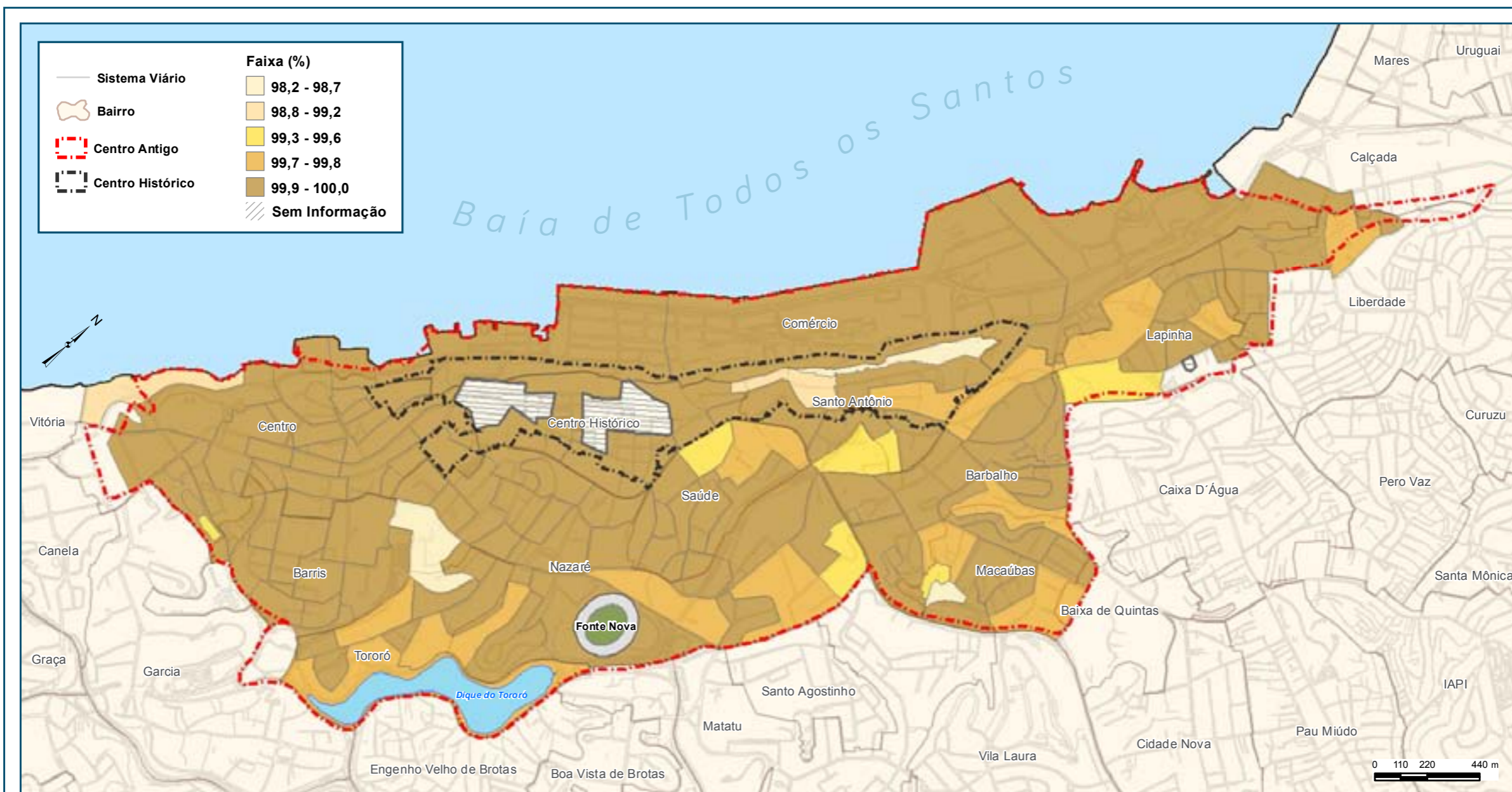
Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 6

Domicílio particular permanente com lixo coletado, por setor censitário - IBGE - 2010

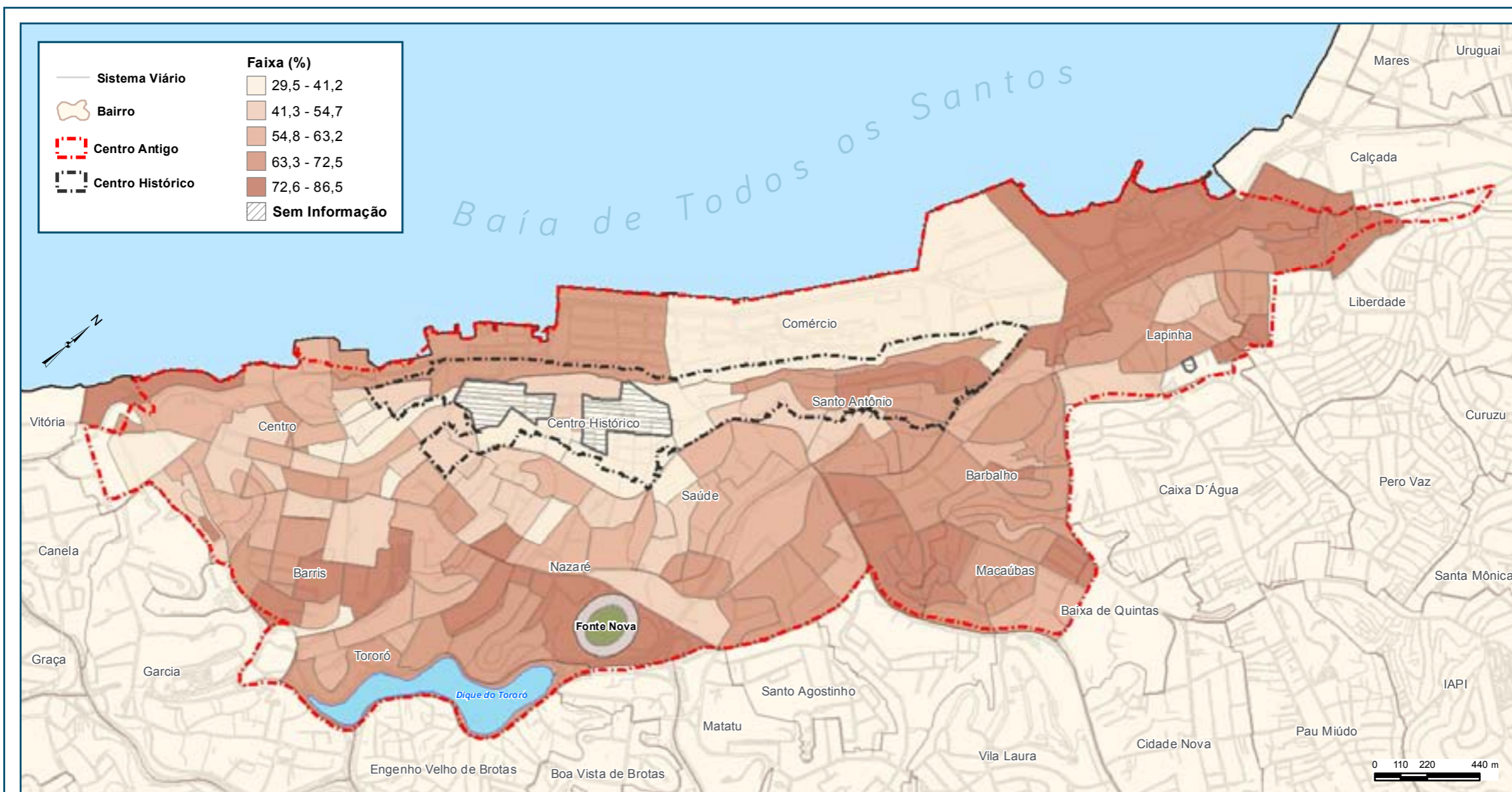
Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS - Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE - Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 7

Domicílio particular permanente com energia elétrica, por setor censitário - IBGE - 2010

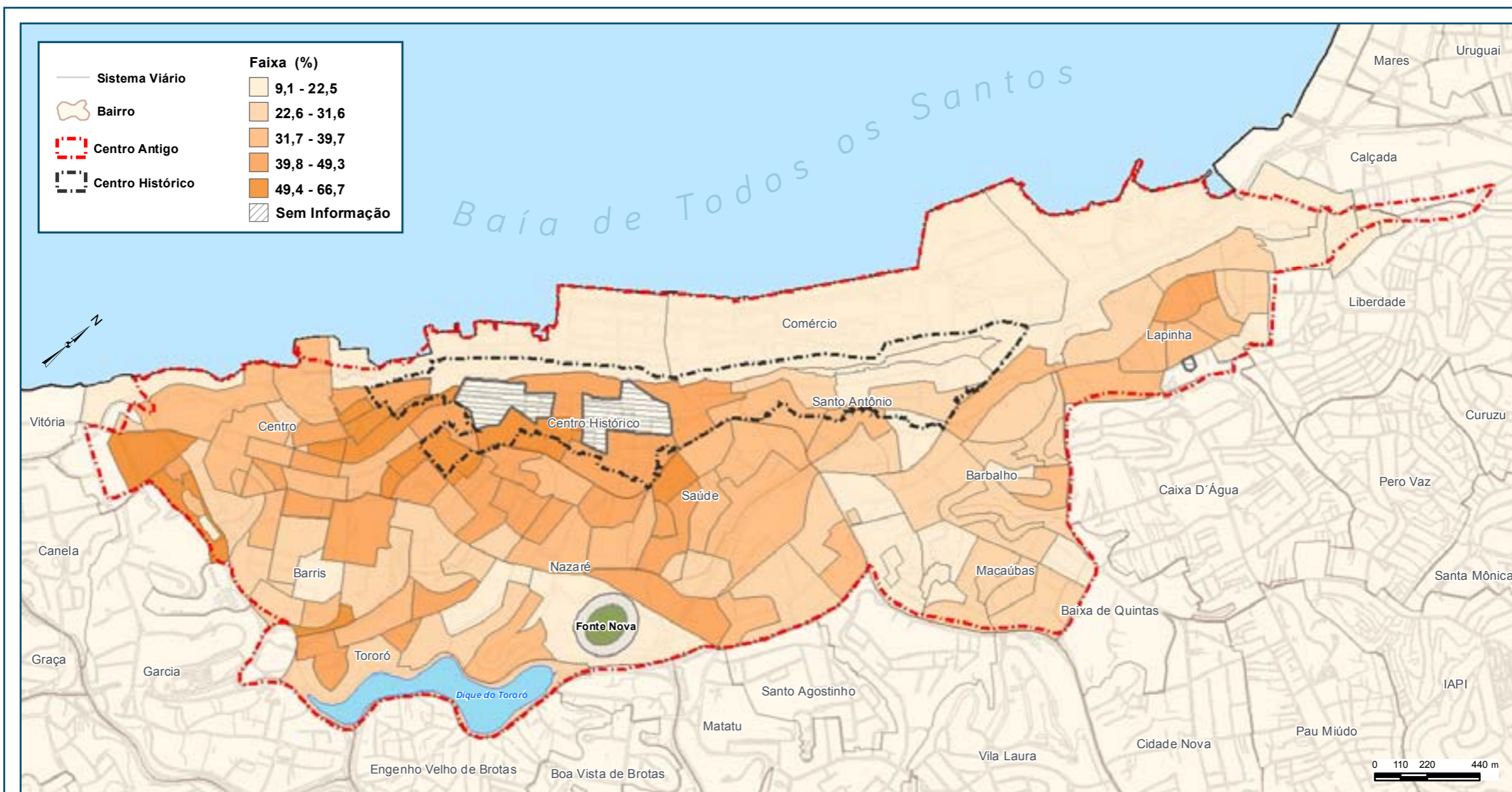
Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 8

Domicílio particular permanente próprio, quitado e em aquisição,
por setor censitário - IBGE - 2010

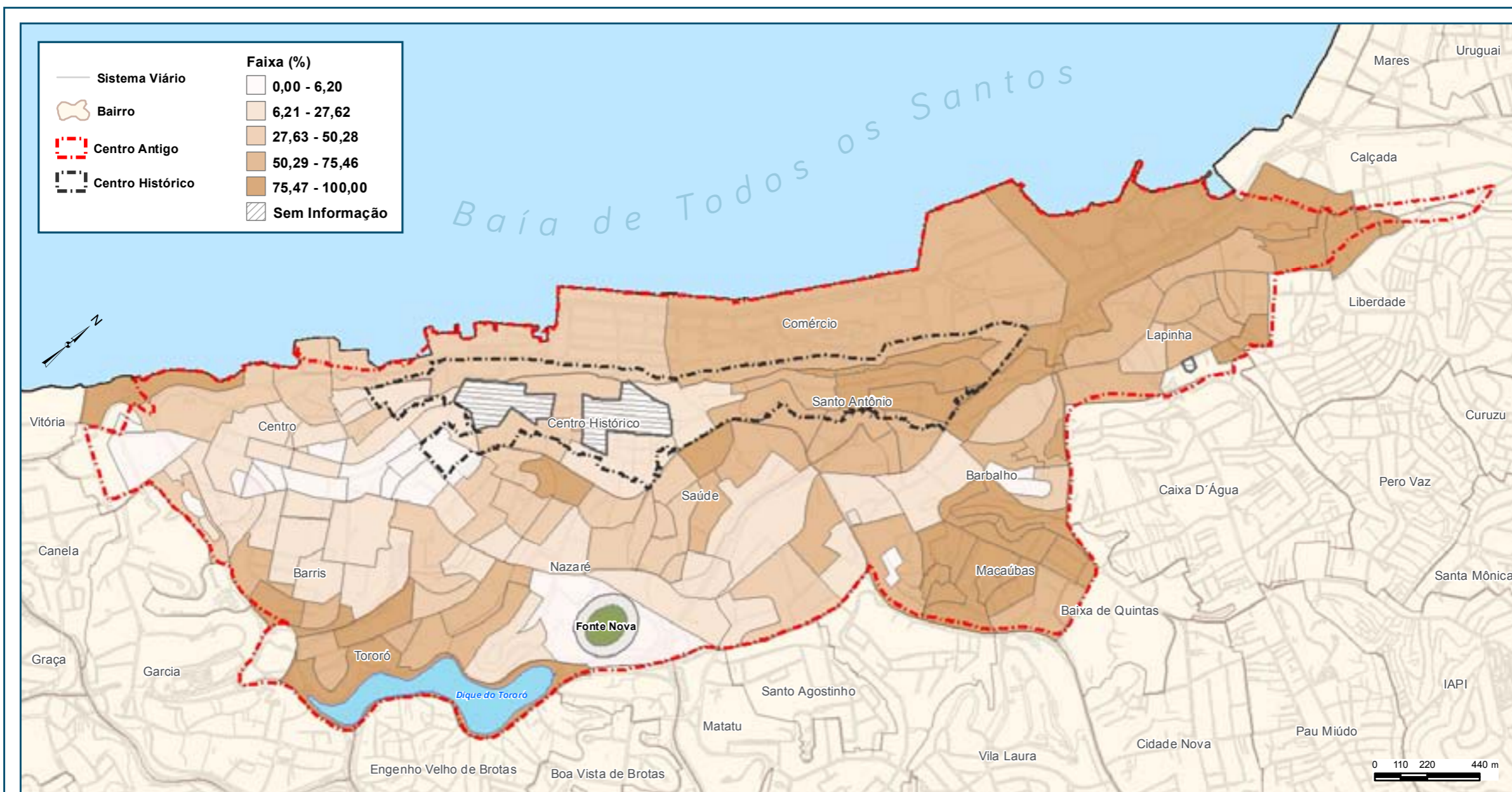
Fonte:
IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 9

Domicílio particular permanente alugado,
por setor censitário – IBGE – 2010

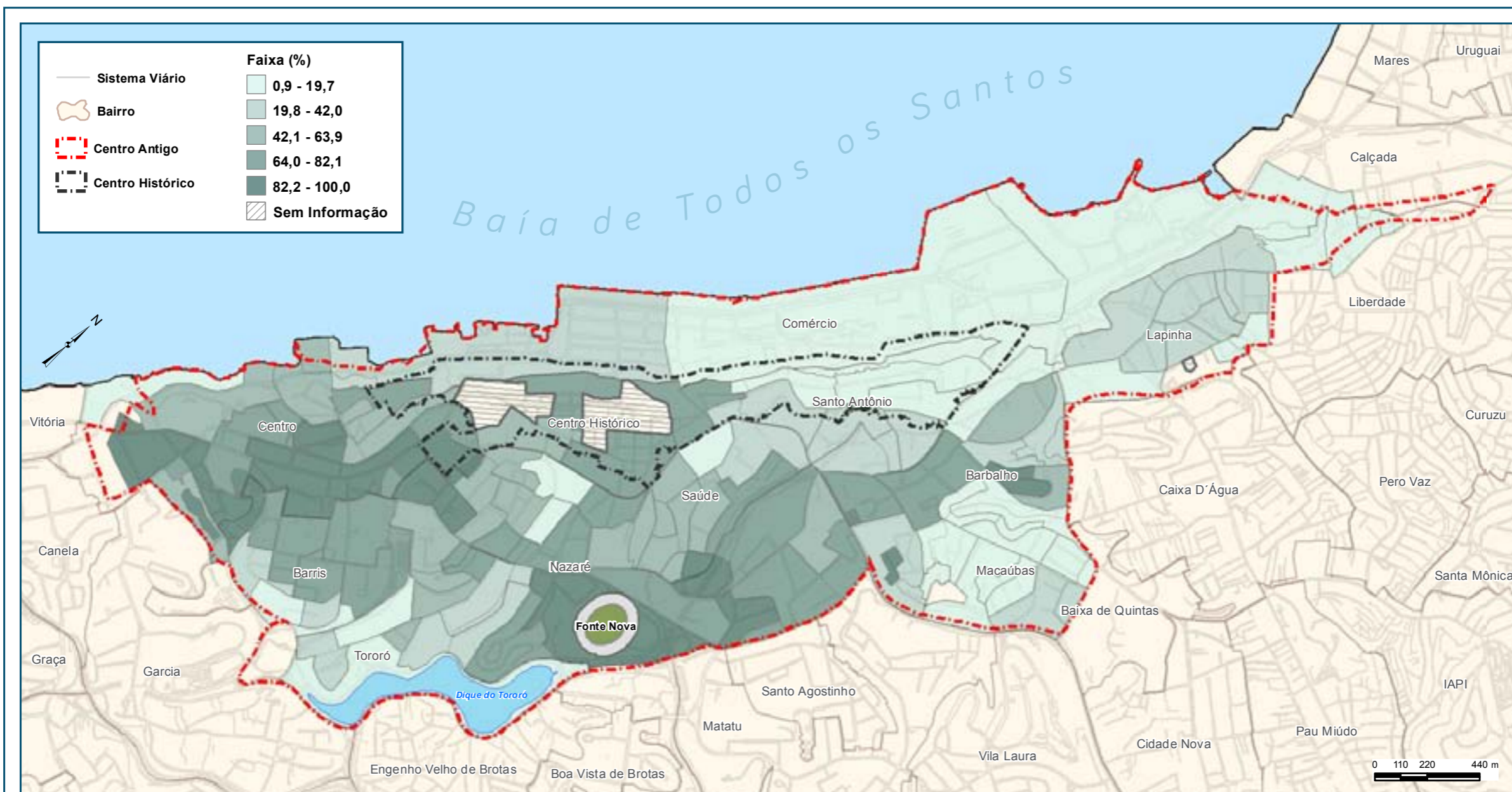
Fonte:
IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 10

Domicílio particular permanente do tipo casa,
por setor censitário - IBGE - 2010

Fonte:
IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 11

Domicílio particular permanente do tipo apartamento, por setor censitário - IBGE - 2010

Fonte: IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).



Mapa 12

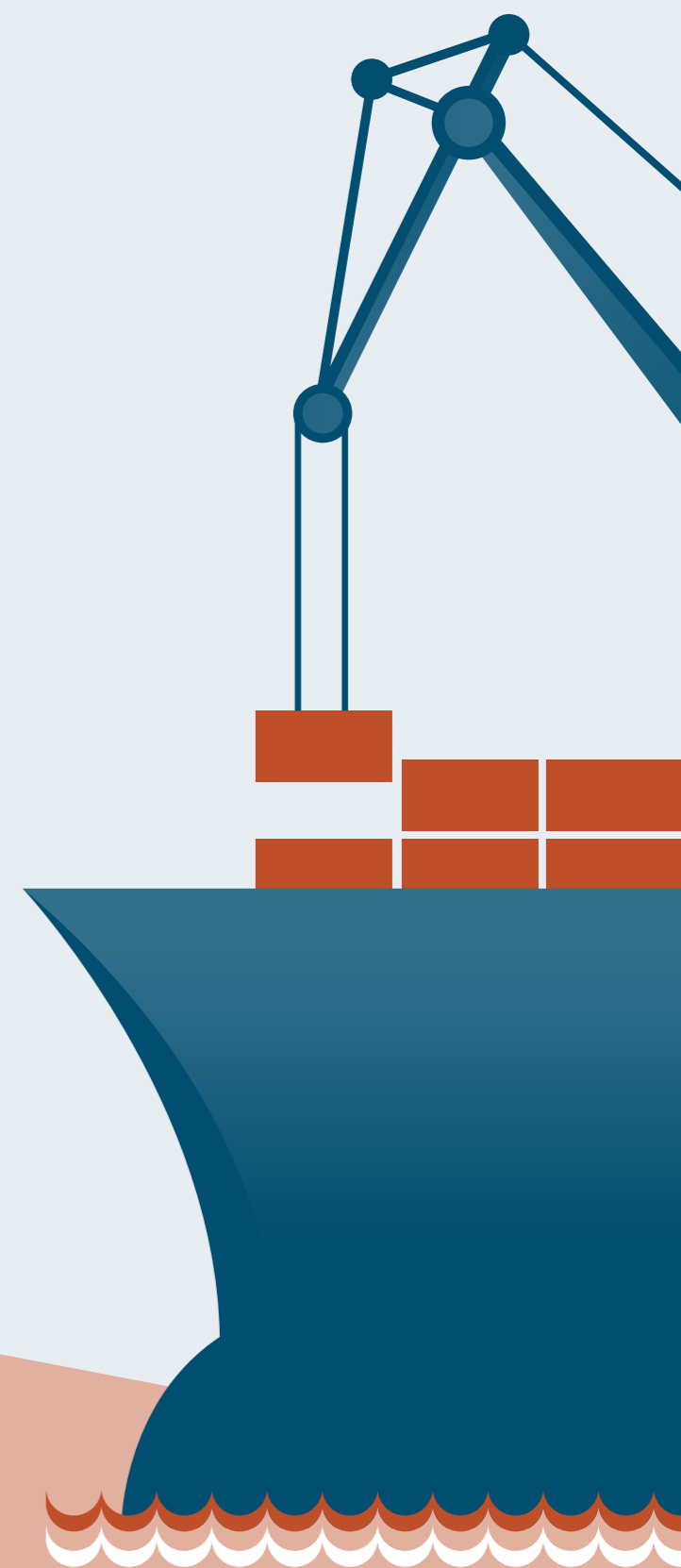
Registro de memória dos setores censitários – IBGE – 2010
(legenda na página seguinte)

Fonte:
IPHAN, Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 1984; Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (Sicar/Conder), Sistema Viário, 1992; PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2004; UFBA/Conder/PMS – Limite preliminar de bairros de Salvador, 2009; IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Legenda do registro de memória dos setores censitários do Mapa 12 (página anterior)								
Número	Bairro	Código do Setor	Número	Bairro	Código do Setor	Número	Bairro	Código do Setor
1	Comércio	292740805080001	45	Macaúbas	292740805210044	89	Centro	292740805240003
2	Saúde	292740805120001	46	Macaúbas	292740805210045	90	Barris	292740805240004
3	Nazaré	292740805120002	47	Macaúbas	292740805210046	91	Barris	292740805240005
4	Nazaré	292740805120003	48	Macaúbas	292740805210047	92	Centro	292740805240006
5	Nazaré	292740805120004	49	Barbalho	292740805210048	93	Centro	292740805240007
6	Nazaré	292740805120005	50	Barbalho	292740805210049	94	Centro	292740805240008
7	Nazaré	292740805120006	51	Barbalho	292740805210050	95	Centro	292740805240009
8	Saúde	292740805120007	52	Lapinha	292740805210052	96	Centro	292740805240010
9	Saúde	292740805120008	53	Lapinha	292740805210053	97	Centro	292740805240011
10	Saúde	292740805120009	54	Lapinha	292740805210054	98	Centro	292740805240012
11	Saúde	292740805120010	55	Liberdade	292740805210056	99	Centro	292740805240013
12	Saúde	292740805120011	56	Macaúbas	292740805210083	100	Centro	292740805240014
13	Saúde	292740805120012	57	Macaúbas	292740805210084	101	Barris	292740805240015
14	Saúde	292740805120013	58	Macaúbas	292740805210085	102	Barris	292740805240016
15	Saúde	292740805120014	59	Macaúbas	292740805210086	103	Barris	292740805240017
16	Saúde	292740805120015	60	Barbalho	292740805210087	104	Centro	292740805240018
17	Santo Antônio	292740805140001	61	Barbalho	292740805210088	105	Centro	292740805240019
18	Santo Antônio	292740805140002	62	Barbalho	292740805210089	106	Centro	292740805240020
19	Centro Histórico	292740805140003	63	Lapinha	292740805210090	107	Centro	292740805240021
20	Comércio	292740805170001	64	Liberdade	292740805210091	108	Centro	292740805240022
21	Comércio	292740805170002	65	Lapinha	292740805210092	109	Nazaré	292740805240023
22	Santo Antônio	292740805170003	66	Barbalho	292740805210133	110	Barris	292740805240024
23	Nazaré	292740805200001	67	Barbalho	292740805210134	111	Centro	292740805240025
24	Nazaré	292740805200002	68	Santo Antônio	292740805210135	112	Centro	292740805240026
25	Tororó	292740805200003	69	Santo Antônio	292740805210136	113	Centro	292740805240027
26	Tororó	292740805200004	70	Santo Antônio	292740805210137	114	Barris	292740805240028
27	Tororó	292740805200005	71	Santo Antônio	292740805210138	115	Barris	292740805240029
28	Tororó	292740805200006	72	Liberdade	292740805210140	116	Barris	292740805240030
29	Nazaré	292740805200007	73	Liberdade	292740805210141	117	Centro	292740805240031
30	Tororó	292740805200008	74	Barbalho	292740805210196	118	Centro Histórico	292740805250001
31	Centro	292740805270244	75	Barbalho	292740805210197	119	Centro Histórico	292740805250002
32	Nazaré	292740805200009	76	Macaúbas	292740805210216	120	Centro Histórico	292740805250003
33	Nazaré	292740805200010	77	Barbalho	292740805210217	121	Centro Histórico	292740805250004
34	Nazaré	292740805200011	78	Macaúbas	292740805210232	122	Centro Histórico	292740805250005
35	Nazaré	292740805200012	79	Barbalho	292740805210233	123	Centro	292740805270092
36	Nazaré	292740805200013	80	Lapinha	292740805210234	124	Centro	292740805270094
37	Nazaré	292740805200014	81	Lapinha	292740805210235	125	Centro	292740805270095
38	Nazaré	292740805200015	82	Macaúbas	292740805210245	126	Centro	292740805270096
39	Nazaré	292740805200016	83	Barbalho	292740805210256	127	Centro	292740805270155
40	Tororó	292740805200017	84	Barbalho	292740805210257	128	Centro	292740805270156
41	Nazaré	292740805200018	85	Liberdade	292740805210258	129	Centro	292740805270167
42	Nazaré	292740805200019	86	Barbalho	292740805210274	130	Centro	292740805270173
43	Tororó	292740805200020	87	Centro	292740805240001	-	-	-
44	Lapinha	292740805210027	88	Centro	292740805240002	-	-	-

APÊNDICES

- 1 Notas metodológicas, Censo IBGE 2010
- 2 Estatísticas, Censo IBGE 2010, população e seu perfil
- 3 Notas metodológicas da PED
- 4 Dados da PEDRMS para Salvador e CAS



APÊNDICE 1

NOTAS METODOLÓGICAS, CENSO IBGE 2010

As Notas Metodológicas apresentadas a seguir foram transcritas do IBGE para o Censo 2010 e selecionadas segundo os indicadores utilizados no estudo sobre o Centro Antigo de Salvador. Os leitores que, por ventura, tenham interesse em aprofundar a investigação sobre os temas pesquisados pelo IBGE podem encontrar a edição completa no site do Instituto (www.ibge.gov.br/).

INTRODUÇÃO

O Censo Demográfico é a mais complexa operação estatística realizada por um país, quando são investigadas as características de toda a população e dos domicílios do Território Nacional.

Os Censos Demográficos, por pesquisarem todos os domicílios do País, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais.

No *Censo Demográfico 2010*, foram utilizados dois tipos de questionário:

Questionário Básico – aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores;

Questionário da Amostra – aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no Questionário Básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores.

Os dados que compreendem as características dos domicílios e das pessoas que foram investigadas para a totalidade da população são denominados, por convenção, resultados do universo. Esses dados foram obtidos reunindo informações captadas por meio da investigação das características dos domicílios e das pessoas, que são comuns aos dois tipos de questionários utilizados para o levantamento do *Censo Demográfico 2010*.

ÁREAS DE PONDERAÇÃO

Define-se Área de Ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.

DIVISÃO TERRITORIAL

Distritos

São unidades administrativas dos municípios. Sua criação, desmembramento ou fusão dependem de leis municipais, que devem observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Podem ser subdivididos em unidades administrativas denominadas subdistritos, regiões administrativas, zonas ou outra denominação específica.

DOMICÍLIO

Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.

Quanto à espécie, classificou-se o domicílio como:

Domicílio particular

Domicílio onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência.

Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio e por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica.

Os domicílios particulares desagregam-se em:

- **Permanente** – quando construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas; ou
- **Improvisado** – quando localizado em edificação (loja, fábrica, etc.) que não tinha dependência destinada exclusivamente à moradia, como, também, local inadequado para a habitação, que, na data de referência, estava ocupado por morador. O prédio em construção, a tenda, a barraca, o vagão, o *trailer*, a gruta, a cocheira, o paiol etc., que estava servindo de moradia na data de referência, também foi considerado como domicílio particular improvisado.

Os domicílios particulares fechados, ou seja, onde não foi possível realizar a entrevista com os seus moradores, passaram por um processo de imputação (ver o tópico *Tratamento dos domicílios fechados*). Os dados resultantes desse processo de imputação, referentes às pessoas e domicílios, foram agregados aos obtidos dos domicílios com entrevistas realizadas para a geração dos resultados do Censo.

Domicílio coletivo

É uma instituição ou estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontravam, moradoras ou não, era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, motéis, *camping*, pensões, penitenciárias, presídios, casas de detenção, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores ou de estudantes etc.

Unidade domiciliar

A unidade domiciliar é o domicílio particular ou a unidade de habitação em domicílio coletivo.

População residente

A população residente é constituída pelos moradores em domicílios na data de referência.

Morador

Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local habitual de residência e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período não superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos:

- Viagem a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.;
- Internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato ou república de estudantes, visando a facilitar a frequência à escola durante o ano letivo;
- Detenção sem sentença definitiva declarada;
- Internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; ou
- Embarque a serviço (militares, petroleiros).

Situação do domicílio

Segundo a sua área de localização, o domicílio foi classificado em situação urbana ou rural. Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. A situação rural

abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Este critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural.

Condição de ocupação do domicílio

Quanto à condição de ocupação, classificou-se o domicílio particular permanente como:

- **Próprio já quitado** – quando o domicílio era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores, estando integralmente pago;
- **Próprio em aquisição** – quando o domicílio era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores e ainda não estava integralmente pago;
- **Alugado** – quando o domicílio era alugado e o aluguel era pago por um ou mais moradores. Considerou-se também como alugado o domicílio em que o empregador (de qualquer um dos moradores) pagava, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para o pagamento do aluguel;
- **Cedido por empregador** – quando o domicílio era cedido por empregador (público ou privado) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação (condomínio, gás, luz etc.). Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio;
- **Cedido de outra forma** – quando o domicílio era cedido gratuitamente por pessoa que não era moradora ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação (impostos, condomínio etc.) ou de conservação. Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel integral era pago, direta ou indiretamente, por não morador ou por instituição que não era empregadora de algum morador; ou
- **Outra condição** – quando o domicílio era ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas. Incluíram-se neste caso:

o domicílio cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não residencial (oficina, loja etc.); o domicílio localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e, também, o domicílio ocupado por invasão.

DESTINO DO LIXO

O destino do lixo proveniente do domicílio particular permanente foi classificado como:

- **Coletado diretamente por serviço de limpeza** – quando o lixo do domicílio era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada; ou
- **Coletado em caçamba de serviço de limpeza** – quando o lixo do domicílio era depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada.

ENERGIA ELÉTRICA

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de energia elétrica e, para o domicílio que possuía, investigou-se a sua origem: de companhia distribuidora ou de outra fonte (eólica, solar, gerador etc.).

Medidor ou relógio no domicílio

No domicílio particular permanente atendido por energia elétrica de companhia distribuidora, investigou-se a existência de medidor para registro do consumo de energia elétrica do domicílio e o seu uso.

O uso do medidor de consumo de energia elétrica foi classificado como:

- **Exclusivo do domicílio** – quando o medidor ou relógio era de uso exclusivo para registro do consumo de energia elétrica do domicílio; ou
- **De uso comum a mais de um domicílio** – quando o medidor ou relógio registrava o consumo de energia de mais de um domicílio. Inclui-se, neste caso, o medidor ou relógio de uso comum do domicílio com um ou mais estabelecimentos.

BENS DURÁVEIS

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de alguns bens duráveis (independentemente de serem próprios, cedidos ou alugados), desde que estivessem em condições de uso.

Rádio

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de rádio, inclusive a pilha ou integrado a outro tipo de aparelho. Não se considerou como rádio o integrado a telefone celular, mp3 player etc.

Televisão

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de televisão, em cores ou em preto e branco, inclusive de plasma ou LCD.

Máquina de lavar roupa

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de máquina de lavar roupa. Não se considerou como tal a máquina que não realizava as operações de enxágue e centrifugação (tanquinho e similares).

Geladeira

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de qualquer tipo de geladeira, ainda que fosse a gás ou querosene.

Microcomputador

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de microcomputador de mesa (desktop), laptop, notebook ou netbook.

Microcomputador com acesso à Internet

Nos domicílios particulares permanentes em que havia microcomputador, foi pesquisado se era utilizado para acessar a Internet.

Motocicleta para uso particular

Considerou-se como tendo motocicleta para uso particular o domicílio particular permanente em que pelo menos um de seus moradores possuísse motocicleta para passeio ou locomoção de morador(es) do domicílio para o trabalho ou estudo.

Considerou-se, também, como sendo de uso particular a motocicleta utilizada para desempenho profissional de ocupações como: motorista de moto-táxi, entregador de correspondências, pequenas encomendas etc., desde que fosse utilizada, também, para passeio ou locomoção de morador(es) do domicílio.

Automóvel para uso particular

Considerou-se como tendo automóvel para uso particular o domicílio particular permanente em que pelo menos um de seus moradores possuísse automóvel de passeio ou veículo utilitário para passeio ou locomoção de morador(es) do domicílio para o trabalho ou estudo.

Considerou-se, também, como sendo de uso particular, o automóvel utilizado para desempenho profissional de ocupações como: motorista de táxi, vendedor que tinha necessidade de transportar amostras de mercadoria para atender ou solicitar pedidos etc., desde que fosse utilizado, também, para passeio ou locomoção de morador(es) do domicílio.

Telefone fixo

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de linha telefônica convencional instalada, ainda que fosse alugada, extensão ou ramal de central telefônica.

Telefone celular

Pesquisou-se se algum morador do domicílio particular permanente tinha telefone celular (linha telefônica móvel).

CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS

Idade

A investigação foi feita por meio da pesquisa do mês e ano de nascimento. Para as pessoas que não sabiam o mês e o ano de nascimento foi investigada a idade, na data de referência, em anos completos ou em meses completos para as crianças com menos de um ano. A idade foi calculada em relação à data de referência.

Cor ou raça

Investigou-se a cor ou raça declarada pela pessoa, com as seguintes opções de resposta:

- **Branca** – para a pessoa que se declarou branca;
- **Preta** – para a pessoa que se declarou preta;

- **Amarela** – para a pessoa que se declarou de cor amarela (de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.);
- **Parda** – para a pessoa que se declarou parda; ou
- **Indígena** – para a pessoa que se declarou indígena ou índia.

Deficiência

Foi pesquisada a existência dos seguintes tipos de deficiência permanente: visual, auditiva e motora, de acordo com o seu grau de severidade, e, também, mental ou intelectual.

Deficiência visual

Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de enxergar (avaliada com o uso de óculos ou lentes de contato, no caso de a pessoa utilizá-los), de acordo com a seguinte classificação:

- **Não consegue de modo algum** - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar;
- **Grande dificuldade** – para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato;
- **Alguma dificuldade** – para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato; ou
- **Nenhuma dificuldade** – para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de enxergar, ainda que precisando usar óculos ou lentes de contato.

Deficiência auditiva

Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de ouvir (avaliada com o uso de aparelho auditivo, no caso de a pessoa utilizá-lo), de acordo com a seguinte classificação:

- **Não consegue de modo algum** – para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir;

- **Grande dificuldade** – para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo;
- **Alguma dificuldade** – para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo; ou
- **Nenhuma dificuldade** – para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de ouvir, ainda que precisando usar aparelho auditivo.

Deficiência motora

Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas (avaliada com o uso de prótese, bengala ou aparelho auxiliar, no caso de a pessoa utilizá-lo), de acordo com a seguinte classificação:

- **Não consegue de modo algum** – para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa;
- **Grande dificuldade** – para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar;
- **Alguma dificuldade** – para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar; ou
- **Nenhuma dificuldade** – para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que precisando usar prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

Deficiência mental ou intelectual

Foi pesquisado se a pessoa tinha alguma deficiência mental ou intelectual permanente que limitasse as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar etc.

A deficiência mental é o retardo no desenvolvimento intelectual e é caracterizada pela dificuldade que a pessoa tem em se comunicar com outros, de cuidar de si mesma, de fazer atividades domésticas, de aprender, trabalhar, brincar etc. Em geral, a deficiência mental ocorre na infância ou até os 18 anos. Não se considerou como deficiência mental as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose.

MIGRAÇÃO

Nacionalidade

A pessoa, quanto à nacionalidade, foi classificada como:

Brasileira nata – quando:

- A pessoa nasceu no Brasil, ou
- A pessoa nasceu em país estrangeiro e foi registrada como brasileira, segundo as leis do Brasil;

Brasileira por naturalização – quando a pessoa nasceu em país estrangeiro e obteve a nacionalidade brasileira por meio de título de naturalização ou valendo-se de disposição da legislação brasileira; ou

Estrangeira – quando:

- A pessoa nasceu fora do Brasil, ou
- A pessoa nasceu no Brasil, mas foi registrada em representação estrangeira e não se naturalizou brasileira.

Ano de fixação de residência no País – para a pessoa estrangeira ou naturalizada brasileira, foi investigado o ano em que fixou residência no Brasil.

EDUCAÇÃO

Alfabetização

Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse. Foi considerada analfabeta a pessoa que aprendeu a ler e escrever, mas que esqueceu devido a ter passado por um processo de alfabetização que não se consolidou e a que apenas assinava o próprio nome.

Espécie do curso mais elevado concluído

Para a pessoa que não frequentava escola, mas já havia concluído curso superior de graduação, mestrado ou doutorado e para o estudante que frequentava curso de graduação de nível superior, mas já havia concluído outro curso do mesmo nível, investigou-se a espécie do curso mais elevado concluído.

No *Censo Demográfico 2000*, para a classificação dos cursos de nível superior de graduação, mestrado e doutorado foi utilizada a Classificação de Áreas de Formação e Treinamento adotada pelo Ministério da Educação (MEC) no Censo de Educação Superior de 2000, que foi baseada no documento conjunto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) e *Statistical Office of the European Communities* (Eurostat), denominado *Fields of Education and Training - Manual*, de 1999, com alguns ajustes para sua aplicação no sistema educacional brasileiro. Para o *Censo Demográfico 2010*, com a colaboração do Ministério da Educação (MEC), foi feita a atualização, com base em diversas fontes, dos cursos de nível superior de graduação, mestrado e doutorado dessa Classificação implantada no *Censo Demográfico 2000*.

Nível de instrução

A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente.

- **Sem instrução e fundamental incompleto** – para a pessoa que nunca frequentou escola ou creche, ou que: frequentava ou frequentou creche, curso pré-escolar, classe de alfabetização ou curso de alfabetização de jovens e adultos; frequentava curso de ensino fundamental; frequentou curso elementar; ou frequentou, mas não concluiu, curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo;
- **Fundamental completo e médio incompleto** – para a pessoa que: concluiu curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo; frequentava da 1ª a 3ª série de curso de ensino médio; ou frequentou, mas não concluiu o ensino médio ou 2º grau;
- **Médio completo e superior incompleto** – para a pessoa que: frequentava a 4ª série do ensino médio; concluiu o ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo; ou frequentava ou frequentou, mas não concluiu, curso superior;
- **Superior completo** – para a pessoa que: concluiu curso superior; ou frequentava ou frequentou curso de mestrado, doutorado ou especialização de nível superior; ou
- **Não determinado** – para a pessoa com informações que não permitissem a sua classificação.

RENDIMENTO

Rendimento nominal mensal

Considerou-se como rendimento nominal mensal da pessoa de 10 anos ou mais de idade, a soma do rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

Rendimento nominal mensal de trabalho

Considerou-se o rendimento nominal mensal habitual, no mês de referência, do trabalho principal e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

- Para a pessoa que trabalhou somente parte do mês de referência, considerou-se o rendimento bruto mensal, no caso do empregado, ou a retirada, no caso do conta própria ou empregador, que ganharia habitualmente trabalhando o mês completo.
- Para a pessoa que recebia rendimento fixo do trabalho, considerou-se a remuneração bruta do empregado ou a retirada do trabalhador por conta própria ou empregador, do mês de referência.
- Para a pessoa que recebia rendimento variável do trabalho, considerou-se o valor, em média, da remuneração bruta ou da retirada do mês de referência.
- Para a pessoa licenciada por instituto de previdência oficial pelo trabalho, considerou-se o rendimento bruto do mês de referência, recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho etc.).

a) Rendimento de trabalho do empregado

Considerou-se o rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro, produtos ou mercadorias, não sendo computado o valor da remuneração recebida em benefícios que não foram ganhos ou reembolsados em dinheiro, tais como: cessão ou pagamento, diretamente pelo empregador, de moradia, roupas, vale-alimentação, vale-transporte, treinamento ou aprendizado no trabalho, educação ou creche paga diretamente pelo empregador etc.

O rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro pode ser constituído de uma única rubrica ou pela soma de várias rubricas (salário ou

vencimento, gratificação, ajuda de custo, ressarcimento, salário-família, anuênio, quinquênio, bonificação, horas extras, quebra de caixa, benefícios pagos em dinheiro e outras). No cálculo do rendimento bruto não foram excluídos os pagamentos efetuados por meio administrativo (tais como: contribuição para instituto de previdência, imposto de renda, pensão alimentícia, contribuição sindical, previdência privada, seguro e plano de saúde etc.).

O rendimento bruto do trabalho recebido em produtos ou mercadorias, nas atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura, foi computado pelo seu valor em dinheiro, excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo da unidade domiciliar.

b) Rendimento de trabalho do conta própria e empregador

Considerou-se a retirada do trabalho em dinheiro, produtos ou mercadorias.

A retirada em dinheiro pode ser fixa ou como um percentual dos lucros do empreendimento. No cálculo da retirada não foram excluídos os pagamentos pessoais (contribuição para instituto de previdência, imposto de renda etc. da própria pessoa). No caso em que o empreendimento não era organizado de forma que o rendimento em dinheiro do trabalho fosse identificado diretamente, a retirada foi a diferença entre as receitas e as despesas (pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, equipamentos e outros investimentos) do empreendimento.

A retirada em produtos ou mercadorias provenientes das atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura foi computada pelo seu valor em dinheiro como a diferença entre o valor dos produtos e mercadorias destinados ao mercado e as despesas necessárias para a sua produção, excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo da unidade domiciliar. No caso da remuneração dos produtos ou mercadorias recebidos sazonalmente, foi o valor médio mensal, real

ou estimado (valor de mercado) que a pessoa ganhava habitualmente, computado considerando tempo que foi dedicado à produção sazonal (doze meses, seis meses, quatro meses etc.) que gerou o rendimento.

Rendimento nominal mensal de outras fontes

Considerou-se o rendimento nominal mensal habitual, no mês de referência, da pessoa de 10 anos ou mais de idade que não era oriundo de trabalho da semana de referência. Este rendimento foi a soma dos rendimentos mensais habituais, recebidos ou que a pessoa teria direito a receber, no mês de referência, oriundos de:

- **Aposentadoria ou pensão de Instituto de Previdência Oficial (federal, estadual ou municipal)** – Rendimento mensal habitual, no mês de referência, de aposentadoria, jubilação, reforma ou pensão (deixada por pessoa da qual era beneficiária) de instituto de previdência oficial – Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS), estadual ou municipal, inclusive do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).
- **Programa Social Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** – Rendimento mensal habitual, no mês de referência, do Programa Bolsa Família (programa do governo federal, de transferência direta de rendimento com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza) ou do PETI (programa do governo federal que tem como objetivo contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no País, atendendo famílias cujas crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos se encontrem em situação de trabalho).
- **Rendimento de outros programas sociais ou de transferência** – Rendimento mensal habitual, no mês de referência, do Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BCP-LOAS) (Benefício que garante, pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,

um salário mínimo mensal à pessoa idosa, de 65 anos ou mais de idade, ou ao portador de deficiência incapacitado para a vida independente e para o trabalho, sendo ambos impossibilitados de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família); seguro-desemprego (benefício integrante da seguridade social, garantido pela Constituição Federal e que tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado do emprego); outro programa social de transferência de rendimento do governo federal, estadual ou municipal; doação ou mesada de não morador do domicílio (rendimento recebido em dinheiro, sem contrapartida de serviços prestados, de pessoa não moradora do domicílio); e pensão alimentícia (rendimento recebido para manutenção dos filhos e/ou da pessoa, pago pelo ex-cônjuge, de forma espontânea ou definida judicialmente);

- **Outro rendimento** – rendimento mensal habitual, no mês de referência, recebido a título de: aluguel, aposentadoria de previdência privada, juros de caderneta de poupança e de aplicação financeira, dividendos, parceria, direitos autorais e qualquer outro tipo de rendimento habitual não incluído nos itens descritos anteriormente.

Rendimento nominal mensal domiciliar

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio particular permanente, exclusive os dos moradores de menos de 10 anos de idade e os daqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de moradores

do domicílio particular, exclusive aqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Salário mínimo

Para a apuração dos rendimentos, segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o valor do que vigorava no mês de referência, que era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

DESLOCAMENTO

Local da escola ou creche

Para a pessoa que frequentava escola ou creche, o local da escola ou creche que frequentava foi classificado como:

- **Município de residência** – quando a escola ou creche que a pessoa frequentava estava localizada no município em que residia;
- **Outro município** – quando a escola ou creche que a pessoa frequentava estava localizada em município diferente daquele em que residia; ou
- **País estrangeiro** – quando a escola ou creche que a pessoa frequentava estava localizada em país estrangeiro.

APÊNDICE 2

ESTATÍSTICAS, CENSO IBGE 2010, POPULAÇÃO E SEU PERFIL

POPULAÇÃO

Dados do universo

Tabela 1
População residente no Centro Antigo de Salvador segundo distritos – Entorno CHS/CHS/CAS – 2010

Distritos	População	Percentual (%)
Entorno CHS	71.736	92,29
Santo Antônio	22.967	29,55
Pilar	848	1,01
Conceição da Praia	497	0,64
Nazaré	10.333	13,29
Santana	16.913	21,76
São Pedro	14.875	19,14
Vitória	5.303	6,82
CHS	5.985	7,71
Passo	1.674	2,15
Pilar	471	0,6
Santo Antônio	2.292	2,95
Sé	1.548	1,99
População total CAS	77.721	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 2
População residente – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2000/2010

População residente	2000	2010
Entorno CHS	72.658	71.736
CHS	8.734	5.985
CAS	81.392	77.721
Salvador	2.443.107	2.675.656

Fontes: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2001); Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 3
População residente segundo a cor (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Cor	CHS	Entorno CHS	CAS	Salvador
Branca	22,42	28,50	27,98	18,90
Negra	75,94	69,98	70,49	79,48
Outros	1,64	1,53	1,54	1,62

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 4
População residente segundo a faixa etária (%) – CAS/CHS/Entorno CHS/SSA – 2010

Faixa etária	CAS			Salvador
	CHS	Entorno CHS	Total	
Até 14 anos	18,39	14,82	15,13	20,66
15 a 29 anos	26,60	27,99	27,87	28,18
30 a 39 anos	16,60	15,80	15,87	17,96
40 a 59 anos	25,62	25,90	25,88	23,94
60 a 69 anos	6,61	7,29	7,23	5,24
70 anos ou mais	6,19	8,20	8,02	4,01
80 anos ou mais	2,19	3,33	3,23	1,32

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 5
População residente segundo o gênero (%) – CAS/CHS/Entorno CHS/SSA – 2010

Gênero	CAS			Salvador
	CHS	Entorno CHS	Total	
Homens	48,34	44,68	45,01	46,68
Mulheres	51,66	55,32	54,99	53,32

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 6
População residente alfabetizada por faixa etária (%) – CAS/CHS/Entorno CHS/SSA – 2010

Faixa etária	CAS			Salvador
	CHS	Entorno CHS	Total	
Entre 5 e 9 anos	5,14	3,91	4,01	5,49
Com 10 anos ou mais	94,86	96,09	95,99	94,51

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Dados da amostra

Tabela 7
População residente por nível de instrução (%) – CAS/CHS/Entorno CHS/SSA – 2010

Nível de instrução	CAS			Salvador
	CHS	Entorno CHS	Total	
Sem instrução e fundamental incompleto	40,3	47,1	46,4	41,2
Fundamental completo e médio incompleto	19,7	18,2	18,4	16,0
Médio completo e superior incompleto	36,1	29,6	30,3	32,4
Superior completo	3,9	5,1	5,0	10,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 9
Mulheres negras por faixa etária e escolaridade (%) – CAS/CHS/Entorno CHS/SSA – 2010

Faixa etária	CAS						Salvador	
	CHS		Entorno CHS		Total		Analfabeta	Alfabetizada
	Analfabeta	Alfabetizada	Analfabeta	Alfabetizada	Analfabeta	Alfabetizada		
15 a 29 anos	1,16	98,84	0,83	99,17	0,86	99,14	1,28	98,72
30 a 39 anos	4,48	95,52	1,71	98,29	1,98	98,02	2,64	97,36
40 a 59 anos	5,95	94,05	3,78	96,22	3,96	96,04	7,49	92,51
60 a 69 anos	8,28	91,72	6,05	93,95	6,21	93,79	18,81	81,19
70 anos ou mais	15,89	84,11	9,09	90,91	9,55	90,45	30,94	69,06

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

VULNERABILIDADES

Dados do universo

Tabela 8
Mulheres responsáveis pelo domicílio por faixa etária (%) – CAS/CHS/Entorno CHS/SSA – 2010

Faixa etária	CAS			Salvador
	CHS	Entorno CHS	Total	
15 a 29 anos	32,52	32,94	32,91	35,03
30 a 39 anos	22,10	18,51	18,81	22,80
40 a 59 anos	30,87	30,96	30,95	30,39
60 a 69 anos	7,40	8,58	8,48	6,59
70 anos ou mais	7,12	9,01	8,85	5,19

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Dados da amostra

Tabela 10 População residente com necessidades especiais (%) – CAS/CHS/Entorno CHS/SSA – 2010					
Necessidades especiais		CAS			Salvador
		CHS	Entorno CHS	Total	
Grande dificuldade de enxergar ou não consegue de modo algum	Sim	5,3	3,5	3,7	3,4
	Não	94,7	96,5	96,3	96,6
Grande dificuldade de ouvir ou não consegue de modo algum	Sim	0,7	1,0	0,9	0,9
	Não	99,3	99,0	99,1	99,1
Grande dificuldade de caminhar ou não consegue de modo algum	Sim	2,4	2,1	2,1	2,1
	Não	97,6	97,9	97,9	97,9
Deficiência mental/intelectual permanente	Sim	1,2	1,3	1,3	1,3
	Não	98,8	98,7	98,7	98,7
Qualquer tipo de necessidade especial	Sim	6,3	4,9	5,1	4,8
	Não	93,7	95,1	94,9	95,2

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 11 População residente beneficiária das políticas de seguridade e benefícios sociais (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010				
	CHS	Entorno CHS	CAS	Salvador
Recebe	13,4	15,4	15,2	16,3
Não recebe	86,6	84,6	84,8	83,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 12 População residente beneficiária de programas sociais (%) – CAS/CHS/Entorno CHS/SSA – 2010				
Beneficiário	CHS	Entorno CHS	CAS	Salvador
Sim	6,4	7,4	7,3	6,6
Não	93,6	92,6	92,7	93,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 13 População residente beneficiária de programas sociais por área de ponderação (%) – 2010				
Beneficiário	13 – Barris	23 – CHS	24 – Centro	41 – Nazaré
Sim	6,0	6,4	10,4	7,7
Não	94,0	93,6	89,6	92,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 14
Média do número de moradores por número de responsáveis pelo domicílio (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Região	Responsabilidade do domicílio	Média
Entorno CHS	Apenas um morador	2,93
	Mais de um morador	3,62
	Total	3,12
CHS	Apenas um morador	2,98
	Mais de um morador	3,65
	Total	3,14
CAS	Apenas um morador	2,93
	Mais de um morador	3,63
	Total	3,12
Salvador	Apenas um morador	2,89
	Mais de um morador	3,59
	Total	3,10

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

ACESSO AOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

Dados da amostra

Tabela 15
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Rádio (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	79,9	20,1	81,2	18,8	80,0	20,0	80,0	20,0
Fundamental completo e médio incompleto	79,9	20,1	78,9	21,1	79,8	20,2	81,2	18,8
Médio completo e superior incompleto	83,7	16,3	78,9	21,1	83,1	16,9	84,4	15,6
Superior completo	88,8	11,2	72,0	28,0	87,5	12,5	89,8	10,2
Total	81,7	18,3	79,3	20,7	81,4	18,6	83,1	16,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 16
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Televisão (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	95,5	4,5	99,0	1,0	95,8	4,2	95,5	4,5
Fundamental completo e médio incompleto	97,3	2,7	98,0	2,0	97,3	2,7	97,3	2,7
Médio completo e superior incompleto	98,1	1,9	98,7	1,3	98,2	1,8	98,6	1,4
Superior completo	98,2	1,8	100,0	0,0	98,4	1,6	99,4	0,6
Total	96,9	3,1	98,7	1,3	97,0	3,0	97,4	2,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 17
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Máquina de lavar (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	23,4	76,6	28,2	71,8	23,8	76,2	24,0	76,0
Fundamental completo e médio incompleto	28,3	71,7	32,6	67,4	28,9	71,1	32,8	67,2
Médio completo e superior incompleto	44,8	55,2	41,4	58,6	44,4	55,6	49,1	50,9
Superior completo	77,1	22,9	68,9	31,1	76,4	23,6	81,3	18,7
Total	34,7	65,3	36,7	63,3	34,9	65,1	42,3	57,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 18
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Geladeira (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	93,4	6,6	97,2	2,8	93,7	6,3	92,8	7,2
Fundamental completo e médio incompleto	93,6	6,4	94,9	5,1	93,8	6,2	95,1	4,9
Médio completo e superior incompleto	97,8	2,2	98,0	2,0	97,8	2,2	97,7	2,3
Superior completo	99,3	0,7	100,0	0,0	99,3	0,7	99,6	0,4
Total	95,3	4,7	97,1	2,9	95,5	4,5	95,9	4,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 19
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Celular (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	82,4	17,6	83,1	16,9	82,4	17,6	81,7	18,3
Fundamental completo e médio incompleto	91,8	8,2	92,5	7,5	91,9	8,1	91,2	8,8
Médio completo e superior incompleto	95,5	4,5	96,2	3,8	95,6	4,4	95,8	4,2
Superior completo	98,9	1,1	100,0	0,0	99,0	1,0	98,5	1,5
Total	89,5	10,5	91,6	8,4	89,7	10,3	90,6	9,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 20
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Telefone fixo (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	42,7	57,3	48,2	51,8	43,1	56,9	43,0	57,0
Fundamental completo e médio incompleto	39,3	60,7	47,9	52,1	40,3	59,7	44,9	55,1
Médio completo e superior incompleto	48,5	51,5	52,2	47,8	49,0	51,0	55,9	44,1
Superior completo	75,5	24,5	48,9	51,1	73,4	26,6	82,1	17,9
Total	46,0	54,0	49,8	50,2	46,4	53,6	53,3	46,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 21
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Microcomputador (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	22,0	78,0	25,9	74,1	22,3	77,7	22,4	77,6
Fundamental completo e médio incompleto	31,5	68,5	40,4	59,6	32,6	67,4	34,5	65,5
Médio completo e superior incompleto	50,0	50,0	52,4	47,6	50,3	49,7	56,3	43,7
Superior completo	89,3	10,7	67,0	33,0	87,6	12,4	89,4	10,6
Total	37,2	62,8	42,3	57,7	37,7	62,3	45,7	54,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 22
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Microcomputador com acesso à internet (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	84,9	15,1	89,5	10,5	85,3	14,7	81,9	18,1
Fundamental completo e médio incompleto	81,9	18,1	93,4	6,6	83,6	16,4	85,2	14,8
Médio completo e superior incompleto	88,8	11,2	89,0	11,0	88,9	11,1	89,7	10,3
Superior completo	93,9	6,1	79,9	20,1	93,1	6,9	95,5	4,5
Total	87,5	12,5	89,4	10,6	87,7	12,3	89,4	10,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Nota: Percentual em relação ao total de domicílios que possuem microcomputador.

Tabela 23
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Motocicleta (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	4,4	95,6	1,4	98,6	4,2	95,8	4,6	95,4
Fundamental completo e médio incompleto	5,4	94,6	5,6	94,4	5,5	94,5	5,4	94,6
Médio completo e superior incompleto	6,9	93,1	6,7	93,3	6,9	93,1	7,2	92,8
Superior completo	2,8	97,2	3,9	96,1	2,9	97,1	5,4	94,6
Total	5,3	94,7	4,7	95,3	5,3	94,7	5,7	94,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 24
População residente segundo acesso aos bens de consumo – Automóvel (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Nível de instrução	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Sem instrução e fundamental incompleto	9,6	90,4	14,1	85,9	9,9	90,1	11,0	89,0
Fundamental completo e médio incompleto	13,8	86,2	16,0	84,0	14,0	86,0	17,6	82,4
Médio completo e superior incompleto	24,5	75,5	27,3	72,7	24,9	75,1	32,3	67,7
Superior completo	67,6	32,4	32,9	67,1	64,9	35,1	75,6	24,4
Total	18,9	81,1	21,0	79,0	19,1	80,9	28,6	71,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 25
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui rádio (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	82,4	17,6	78,3	21,7	82,0	18,0	83,8	16,2
Recebe programas sociais	75,4	24,6	84,3	15,7	76,3	23,7	75,6	24,4
Total	81,7	18,3	78,8	21,2	81,4	18,6	83,1	16,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 26
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui televisão (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	97,0	3,0	98,9	1,1	97,2	2,8	97,6	2,4
Recebe programas sociais	95,9	4,1	96,8	3,2	96,0	4,0	96,0	4,0
Total	96,9	3,1	98,7	1,3	97,1	2,9	97,4	2,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 27
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui máquina de lavar (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	36,4	63,6	37,6	62,4	36,5	63,5	44,1	55,9
Recebe programas sociais	17,6	82,4	27,8	72,2	18,6	81,4	23,8	76,2
Total	34,6	65,4	36,7	63,3	34,8	65,2	42,3	57,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 28
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui geladeira (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	95,7	4,3	97,1	2,9	95,9	4,1	96,1	3,9
Recebe programas sociais	91,1	8,9	96,8	3,2	91,7	8,3	93,1	6,9
Total	95,3	4,7	97,1	2,9	95,5	4,5	95,9	4,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 29
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui telefone celular (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	90,2	9,8	91,8	8,2	90,3	9,7	91,1	8,9
Recebe programas sociais	83,8	16,2	89,9	10,1	84,4	15,6	85,9	14,1
Total	89,5	10,5	91,6	8,4	89,8	10,2	90,6	9,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 30
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui telefone fixo (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	47,3	52,7	50,9	49,1	47,7	52,3	54,9	45,1
Recebe programas sociais	33,2	66,8	36,0	64,0	33,5	66,5	36,3	63,7
Total	45,9	54,1	49,6	50,4	46,3	53,7	53,3	46,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 31
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui microcomputador (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	38,8	61,2	43,3	56,7	39,3	60,7	47,5	52,5
Recebe programas sociais	21,8	78,2	33,0	67,0	22,9	77,1	27,2	72,8
Total	37,2	62,8	42,3	57,7	37,7	62,3	45,7	54,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 32
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui microcomputador com acesso à internet (%) – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	87,8	12,2	90,1	9,9	88,0	12,0	89,7	10,3
Recebe programas sociais	82,6	17,4	81,1	18,9	82,4	17,6	84,1	15,9
Total	87,5	12,5	89,5	10,5	87,7	12,3	89,4	10,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Nota: Percentual em relação ao total de domicílios que possuem microcomputador.

Tabela 33
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui motocicleta – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	5,5	94,5	5,2	94,8	5,4	94,6	6,0	94,0
Recebe programas sociais	3,8	96,2	0,0	100,0	3,4	96,6	3,3	96,7
Total	5,3	94,7	4,7	95,3	5,2	94,8	5,7	94,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 34
População residente que tem acesso aos programas sociais e possui automóvel – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – 2010

Programas sociais	Entorno CHS		CHS		CAS		Salvador	
	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui	Possui	Não possui
Não recebe programas sociais	20,0	80,0	21,9	78,1	20,2	79,8	30,4	69,6
Recebe programas sociais	8,6	91,4	10,6	89,4	8,8	91,2	10,1	89,9
Total	18,9	81,1	20,9	79,1	19,1	80,9	28,6	71,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 35
População com acesso a microcomputador segundo rendimento domiciliar em salários mínimos – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – Jul. 2010

Região	Acesso a microcomputador	Rendimento médio domiciliar em salários mínimos
Entorno CHS	Sim	5,67
	Não	2,07
	Total	3,41
CHS	Sim	3,96
	Não	2,33
	Total	3,02
CAS	Sim	5,48
	Não	2,10
	Total	3,37
Salvador	Sim	9,58
	Não	2,36
	Total	5,66

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 36
População com acesso a microcomputador e internet segundo rendimento domiciliar em salários mínimos – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – Jul. 2010

Região	Acesso a microcomputador e internet	Rendimento médio domiciliar em salários mínimos
Entorno CHS	Sim	6,04
	Não	3,13
	Total	5,67
CHS	Sim	4,10
	Não	2,77
	Total	3,96
CAS	Sim	5,81
	Não	3,10
	Total	5,48
Salvador	Sim	10,20
	Não	4,33
	Total	9,58

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 37
População residente que tem automóvel segundo rendimento domiciliar em salário mínimo – Entorno CHS/CHS/CAS/SSA – Jul. 2010

Região	Acesso a automóvel	Rendimento médio domiciliar em salários mínimos
Entorno CHS	Sim	7,99
	Não	2,34
	Total	3,41
CHS	Sim	5,25
	Não	2,43
	Total	3,02
CAS	Sim	7,68
	Não	2,35
	Total	3,37
Salvador	Sim	13,10
	Não	2,68
	Total	5,66

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

MERCADO DE TRABALHO/MOBILIDADE/ATRAÇÃO DE ESTRANGEIROS

Dados da amostra

Tabela 38
Tempo habitual de deslocamento de casa ao trabalho (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Tempo	CHS	Entorno CHS	CAS	Salvador
Até meia hora	21,9	43,7	41,4	39,4
Mais de meia hora até uma hora	30,8	37,0	36,3	38,6
Mais de uma hora até duas horas	40,3	17,0	19,4	19,5
Mais de duas horas	7,0	2,3	2,8	2,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 39
Nacionalidade (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Nacionalidade	CHS	Entorno CHS	CAS	Salvador
Brasileiro ou naturalizado	98,1	97,9	97,9	97,1
Estrangeiro	1,9	2,1	2,1	2,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 40
Rendimento em todos os trabalhos – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – Jul. 2010

Centro Antigo	Naturalidade	Média	Desvio padrão
CHS	Brasileiro ou naturalizado	766,38	497,259
	Total	766,38	497,259
Entorno CHS	Brasileiro ou naturalizado	1.496,04	3.724,606
	Estrangeiro	1.801,53	797,819
	Total	1.501,26	3.694,323
CAS	Brasileiro ou naturalizado	1.413,93	3520,278
	Estrangeiro	1.801,53	797,819
	Total	1.419,82	3.495,131
Salvador	Brasileiro ou naturalizado	2.655,98	5.203,811
	Estrangeiro	3.751,19	4.230,792
	Total	2.681,28	5.185,985

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 41
Nasceu nesta unidade da Federação (%) – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Nasceu nesta UF	CHS	Entorno CHS	CAS	Salvador
Sim, e sempre morou	73,9	79,6	79,1	75,1
Sim, mas morou em outra UF ou país estrangeiro	3,8	3,5	3,5	4,6
Não	22,3	16,9	17,4	20,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 42
Tempo médio de moradia em anos – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Região	Média	Desvio padrão
CHS	24,35	14,317
Entorno CHS	21,90	15,662
CAS	22,14	15,552
Salvador	21,71	16,032

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 43
População residente segundo posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho	CHS	Entorno CHS	CAS	Salvador
Empregados total	81,9	80,8	81,0	78,2
Empregados com carteira de trabalho assinada	60,4	59,4	59,5	56,0
Empregados militares e funcionários públicos estatutários	5,4	2,4	2,7	4,6
Empregados outros	16,1	19,0	18,7	17,6
Trabalhadores domésticos	16,3	17,0	17,0	18,7
Conta própria e empregadores	0,7	1,0	0,9	1,8
Não remunerados	0,9	1,1	1,1	1,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 44
Percentual do rendimento do trabalho principal em relação ao rendimento total SSA – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – Jul. 2010

Região	Média	Desvio padrão
CHS	98,81	7,353
Entorno CHS	98,74	7,584
CAS	98,75	7,561
Salvador	98,06	9,298

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

Tabela 45
Rendimento – CHS/Entorno CHS/CAS/SSA – 2010

Região	Média/ Desvio padrão	Rendimento no trabalho principal	Rendimento em todos os trabalhos	Rendimento domiciliar (domicílio particular) per capita em nº de salários mínimos
CHS	Média	800,82	824,41	0,96
	Desvio padrão	572,35	616,65	1,05
Entorno CHS	Média	905,74	943,78	1,10
	Desvio padrão	1.290,82	1.525,80	1,86
CAS	Média	894,96	931,52	1,09
	Desvio padrão	1.236,81	1.459,20	1,79
Salvador	Média	1.387,47	1.471,11	1,86
	Desvio padrão	2.887,69	3.105,07	5,16

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2011).

APÊNDICE 3

NOTAS METODOLÓGICAS DA PED

Plano amostral – A Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos 10 municípios que a compõem: Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Estes municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os SC sorteados dentro de cada ZI e os domicílios dentro de cada SC. As informações de interesse da pesquisa são coletadas mensalmente, através de entrevistas realizadas com moradores de 10 anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 0,35% do total de domicílios da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em alguns casos, a significância pode atingir o âmbito municipal.

Médias trimestrais – Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam.

Revisão de índice – A partir de agosto de 1997, as séries de índices das tabelas 5, 6, 7 e 12 (anexo estatístico) foram revisadas com base nas novas estimativas demográficas, obtidas através da contagem da população realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1996. A partir de janeiro de 2001, as projeções de população foram ajustadas com base nos resultados definitivos do *Censo 2010*.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA – População em Idade Ativa: corresponde à população com 10 anos ou mais.

PEA – População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

Ocupados - São os indivíduos que possuem:

- Trabalho remunerado exercido regularmente.
- Trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias.
- Trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados – São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.
- Desemprego oculto: (I) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (II) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de 10 anos) – Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Rendimentos do trabalho – É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações etc. Não são computados o 13º salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

PRINCIPAIS INDICADORES

Taxa Global de Participação¹ – Relação entre a PEA e a PIA. Indica a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

Taxa de Desemprego Total² – Equivale à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

Rendimentos – Divulga-se:

- Rendimento médio: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada com base em valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC-SSA (Seplan/SEI) até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediata-

¹ As taxas (desemprego, participação etc.) específicas, de acordo com atributos das pessoas (sexo, cor, idade, posição no domicílio), são calculadas como proporção do grupo de indivíduos com o mesmo atributo na PIA ou na PEA. A título de exemplo, a taxa de desemprego para os indivíduos com atributo X = desempregados com atributo X / PEA com atributo X.

² Idem.

mente anterior e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Por exemplo, os dados apurados no trimestre fevereiro-abril correspondem à média do período janeiro-março, a preços de março.

- Distribuição dos rendimentos: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm os rendimentos mais altos.

APÊNDICE 4

DADOS DA PEDRMS PARA SALVADOR E CAS

Participação da População de Salvador e Centro Antigo de Salvador (CAS) segundo características pessoais

Tabela 1 Percentual por triênio da população segundo a cor – SSA/CAS – 2008/2010		
Cor	Salvador	CAS
Branca	23,72	15,62
Negra	76,28	84,38
Total	100	100

Fonte: PEDRMS (convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Tabela 2 Percentual por triênio da população segundo o sexo – SSA/CAS – 2008/2010		
Sexo	Salvador	CAS
Masculino	44,6	45,6
Feminino	55,4	54,4
Total	100	100

Fonte: PEDRMS (convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Tabela 3 Percentual de residentes em segundo setor de atividade – SSA/CAS – 2008-2010				
Setores de atividade	Salvador		CAS	
	n	%	n	%
Indústria de transformação	4079	6,9	269	5,4
Construção civil	3442	5,8	144	2,9
Comércio de mercadorias	9703	16,4	844	17,0
Serviços	42116	71,0	3708	74,7
Adm. pública, polícia e Forças Armadas	4564	7,7	577	11,6
Educação	4006	6,8	447	9,0
Serviços especializados	3197	5,4	385	7,8
Serviços de alimentação	3676	6,2	327	6,6
Serviços domésticos	6058	10,2	310	6,2
Saúde	3736	6,3	367	7,4
Serviços de comunicação e diversão	2050	3,5	224	4,5
Serviços auxiliares	2853	4,8	189	3,8
Outros serviços	11480	19,3	832	16,8
Outras atividades	496	0,8	50	1,0
Total	59340		4965	

Fonte: PEDRMS (convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO | SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

